



**UNPO**

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES  
E POVOS NÃO REPRESENTADOS**

**GUIA ANEXO**



**20 A 24 DE MAIO DE 2020**



**III MODELO POTIGUAR DAS NAÇÕES  
UNIDAS  
UNPO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES E  
POVOS NÃO REPRESENTADOS**

**GUIA ANEXO**

**DIRETORIA**

Anna Beatriz Pereira Cezar  
Calinne Carla Aguiar Silva  
Gabriel Rêgo de Oliveira  
Gabriela Gurgel Medeiros  
Maria Eduarda Matos de Paffer  
Pedro Henrique Almeida de Godoy

**SECRETARIADO**

Renato Cesar Gurgel Guimarães de  
Oliveira  
Ellen Monielle do Vale Silva  
Maria Clara Araújo de Almeida  
Victória Louise e Silva Arbóes  
Petronilo  
Kyvia Celine Chevalley  
Rosangela Cannata Parisi  
Joanny da Silva Pinto  
Lilá Rayana Matias de Freitas  
Talitta Oliveira Cancio dos Santos  
Beatriz de Melo Gadelha de Meira

**ARTE DA CAPA**

Talitta Oliveira Cancio dos Santos

NATAL/RN

2020

**MODELO POTIGUAR DAS NAÇÕES UNIDAS**  
**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES E POVOS NÃO REPRESENTADOS**

**GUIA DE ESTUDOS**

**DIRETORIA DA UNPO**

Anna Beatriz Pereira Cezar

Calinne Carla Aguiar Silva

Gabriel Rêgo de Oliveira

Gabriela Gurgel Medeiros

Maria Eduarda Matos de Paffer

Pedro Henrique Almeida de Godoy

**Tópico A:** As violações em massa de direitos humanos na província de Xinjiang

**Tópico B:** A vulnerabilidade de crianças e mulheres de povos minoritários

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CIA	Agência Central de Inteligência
ELP	Exército da Libertação Popular
EUA	Estados Unidos da América
FLNO	Frente de Libertação Nacional de Ogaden
FGM	Mutilação Genital Feminina
FGS	Governo Federal da Somália
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GII	Índice de Desigualdade de Gênero
HRW	<i>Human Rights Watch</i>
LPDR	República Democrática Popular do Laos
MITO	Movimento Islâmico do Turquestão Oriental
MNS	Movimento Nacional Somali
NSO	Escritório Nacional de Estatística
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPM	Movimento Papua Livre
PCMA	Lei de Proibição de Casamento Infantil
RAC	Região Autônoma da Catalunha
RPC	República Popular da China
RTO	República do Turquestão Oriental
SMHRIC	Centro de Informações sobre Direitos Humanos da Mongólia Meridional
TAR	Região Autônoma do Tibete
UNFPA	Fundo de População da ONU
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WUC	<i>World Uyghur Congress</i>

## SUMÁRIO

<b>1 ABECÁSIA.....</b>	<b>5</b>
<b>2 BRETANHA.....</b>	<b>3</b>
<b>3 CATALUNHA .....</b>	<b>4</b>
<b>4 CURDISTÃO IRANIANO.....</b>	<b>6</b>
<b>5 FEDERAÇÃO RUSSA .....</b>	<b>8</b>
<b>6 HMONG .....</b>	<b>10</b>
<b>7 LEZGUIANOS.....</b>	<b>12</b>
<b>8 MONGÓLIA .....</b>	<b>14</b>
<b>9 MONGÓLIA INTERIOR.....</b>	<b>16</b>
<b>10 OGADEN.....</b>	<b>18</b>
<b>11 Ogonis .....</b>	<b>20</b>
<b>12 PAPUA OCIDENTAL .....</b>	<b>22</b>
<b>13 POVOS INDÍGENAS DA AMÉRICA LATINA .....</b>	<b>24</b>
<b>14 REPÚBLICA DA CHINA (TAIWAN) .....</b>	<b>27</b>
<b>15 REPÚBLICA DA ÍNDIA .....</b>	<b>29</b>
<b>16 REPÚBLICA DEMOCRÁTICA FEDERAL DA ETIÓPIA.....</b>	<b>31</b>
<b>17 REPÚBLICA FEDERAL DA SOMÁLIA.....</b>	<b>33</b>
<b>18 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL .....</b>	<b>35</b>
<b>19 REPÚBLICA POPULAR DA CHINA .....</b>	<b>37</b>
<b>20 SIND.....</b>	<b>39</b>
<b>21 SOMALILÂNDIA .....</b>	<b>41</b>
<b>22 TÁRTAROS DA CRIMEIA .....</b>	<b>43</b>
<b>23 TIBETE .....</b>	<b>45</b>
<b>24 TURQUESTÃO ORIENTAL.....</b>	<b>47</b>
<b>25 WASHINGTON, D.C.....</b>	<b>50</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>52</b>

## 1 ABECÁSIA

A Abecásia é uma das duas repúblicas separatistas da Geórgia de reconhecimento internacional bastante limitado. Ela foi denominada dessa forma pela primeira vez em 780 e foi, ao longo da história, palco de disputas territoriais até a Geórgia, em 1918, declarar independência incluindo a Abecásia como seu território. Contudo, com o surgimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), toda a região passou a integrá-la. Dentro da URSS, por sua vez, a Abecásia passa a ter status de república soviética autônoma sendo, assim, reconhecida como uma etnia em separado (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2015).

Entretanto, diante do colapso eminente da URSS, surgiu o temor de perder o status de autonomia adquirido para Georgia, que já se preparava para uma independência incluindo a Abecásia. Diante disso, os abecásios se prepararam para construir uma república soviética em separado, o que levou por gerar, logo após a separação da Geórgia, em diversos conflitos por emancipação. O cessar-fogo dos conflitos foi estabelecido em abril de 1994 em Moscou, no *Moscow Ceasefire Agreement* (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2015).

Atualmente, a Abecásia apresenta uma população de 240.705 (duzentos e quarenta mil, setecentos e cinco habitantes) e o governo de fato da sua república, atualmente liderada por Raul Khajimba, exerce domínio soberano sobre a área. Outrossim, vislumbra como perspectivas e objetivos uma reparação do governo da Geórgia pelos danos causados durante os conflitos para sua emancipação, uma compensação pelos custos econômicos decorrente dos embargos impostos, em 1996, pelo *Commonwealth of Independent States* (CIS), que os Abecásios étnicos e seus descendentes que fugiram para a Turquia em decorrência da guerra caucasiana do século 19 possam voltar livremente ao país e, por último, solicita autonomia significativa do seu povo através do reconhecimento internacional de sua declaração de independência, tendo inclusive convidado observadores internacionais, incluindo a Organização das Nações e Povos Não Representados (UNPO), para monitorar as últimas eleições (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2015).

Por sua vez, dentre os sete países que reconhecem a Abecásia (Rússia, Nicarágua, Venezuela, Síria e Nauru) tem de se destacar a Rússia, com a qual mantem relações bastante próximas. Afinal, os separatistas dependem do reconhecimento russo para manter ativo o movimento até os dias de hoje. Além disso, A Rússia é o principal parceiro exportador, investidor e de negócios da Abecásia culminando, em 24 de novembro de 2014, num Tratado de Aliança e Parceria Estratégica, prevendo uma cooperação mais forte nas políticas externa, de defesa, econômica e social entre as duas partes (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2015).

Vale salientar que a Abecásia tem como língua oficial o Abkhaz, mas o Russo é, também, muito comum e tem um status de língua cooficial. Ademais, a religião predominante na região é cristianismo ortodoxo, também bem predominante e influente na Rússia (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2015).



## 2 BRETANHA

A Bretanha é atualmente uma região administrativa localizada no noroeste da França e sua extensão é de cerca de 34.000 km<sup>2</sup>. Historicamente, o território da Bretanha era composto da região atual da Bretanha e do departamento atual do Loire-Atlantique. Este território perdeu sua autonomia no final do século XV e foi integrado ao Estado francês durante o século seguinte. Desde essa época, os bretões enfrentam a perda progressiva de seus costumes, podendo ser citados a sua língua própria e cultura. O KAD (Kelc'h An Dael, que em português significa Círculo do Parlamento) almeja a restituição da autonomia através da recriação de um parlamento da Bretanha, e a partir disso conseguir preservar toda a cultura da Bretanha. É válido ressaltar que o KAD tem alguns objetivos mais urgentes, dentre os quais podem ser citados: ter a capacidade de reunir todos os grupos bretões democratas, regionalistas, autonomistas, federalistas e pró-independência bretões, bem como, a realização de uma coordenação as ações dessas entidades e associações aderentes em uma organização confederal (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2015).

Em novembro de 2014, a Assembleia Nacional Francesa aprovou uma nova lei sobre a organização territorial dos departamentos franceses. A Bretanha é uma das “vítimas” desta lei, pois suas disposições confirmam a divisão da região, rejeitando o retorno da capital histórica Nantes e do resto do território do Loire-Atlantique para dentro de suas fronteiras. A França não assinou nem ratificou a Convenção-Quadro Europeia para a Proteção das Minorias Nacionais. Bretões e outras minorias não são legalmente reconhecidos como existentes na França (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2015).

Outra questão é a língua bretã. Devido ao fato de o estudo do francês ser agora obrigatório nas escolas, o número de pessoas que falam a língua bretã está diminuindo constantemente. O idioma perde anualmente cerca de 10.000 falantes, e a maioria dos falantes fluentes hoje tem 70 anos ou mais. Esse grande declínio pode significar que o idioma tem a possibilidade de ser extinto. A França ainda não ratificou a Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias. Isso significa que não só o bretão, mas todas as outras línguas regionais e minoritárias da França estão atualmente em perigo de extinção (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2015).

### 3 CATALUNHA

Situada a nordeste da Península Ibérica, a Região Autônoma da Catalunha está atualmente anexada ao Reino da Espanha e é composta por quatro províncias, casa para 7.5 milhões de catalães – dentre elas as famosas cidades de Barcelona e Valência. A Região possui, ademais, língua, parlamento, leis e tradições próprias, bem como controle sobre serviços públicos em geral, notadamente no tocante às forças policiais. A Catalunha é também, com exceção da capital Madri, a região mais rica da Espanha (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2010a).

Desde a restauração da democracia espanhola, em 1976, uma das principais razões por trás da reivindicação de independência da Catalunha tem sido a falta de poder para decidir sobre as leis, o sistema financeiro e os assuntos gerais da região, que ainda são mantidos pelo Estado espanhol, apesar da estrutura legal da Catalunha para operar com autonomia (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2010a).

No final dos anos 2000, o parlamento da Catalunha trabalhava para melhorar seu autogoverno por meio de um novo Estatuto de Autonomia. Este Estatuto foi posteriormente validado por um referendo e pelo Congresso, mas os partidos políticos espanhóis consideraram o novo Estatuto como uma ameaça para o Estado, iniciando assim uma campanha política para aboli-lo, resultando em uma resolução do Tribunal Constitucional, de 2010, contra seu texto, que limitou drasticamente seu poder, bem como sua eficácia jurídica. (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2010a)

A sociedade civil catalã, então, lançou um movimento de base para defender o direito à autodeterminação da região, culminando na marcha de um milhão de pessoas em Barcelona, em 2010 sob a bandeira "Somos uma nação, decidimos". Mais um milhão e meio de manifestantes foram às ruas no Dia Nacional da Catalunha em 2013, quando uma cadeia humana pela independência da Catalunha uniu a região de norte a sul (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2010a).

Ainda em 2013, o governo catalão apoiou uma iniciativa legal dos cidadãos para votar pela independência da Catalunha em 9 de novembro de 2014. Devido à proibição de Madri de votar nesse tópico, o referendo foi organizado como uma consulta não vinculativa que resultou em 80% dos eleitores apoiando a independência. Em 9 de novembro de 2015, o parlamento catalão aprovou

uma declaração que manifestava sua vontade de iniciar o processo de criação de um Estado catalão sob a forma de uma República, o que culminou num referendo a ser realizado em 1º de outubro de 2017 (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2010a).

No dia da votação, as autoridades espanholas conduziram uma violenta campanha de fechamento forçado das seções eleitorais em torno da Catalunha. Apesar da tensão, os cidadãos da Região, em sua maioria, votaram a favor da independência (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2010a).

Até hoje, o governo espanhol sustenta que a Catalunha não tem direito constitucional de realizar referendos sobre seu status. Como consequência de 1º de outubro e da votação do parlamento catalão para declarar independência em 27 de outubro, vários líderes catalães, incluindo todos os membros do governo autônomo, foram solicitados a se apresentar perante os tribunais espanhóis e alguns colocados em julgamento e detenção. O presidente Carles Puigdemont e metade de seu governo fugiram para o exílio na Bélgica e na Escócia (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2010a).

Em fevereiro de 2019, os julgamentos dos líderes começaram em Madri. Acusados de rebelião, desobediência e uso indevido de fundos, eles são passíveis de condenação de até 25 anos de prisão. De acordo com observadores independentes que participaram das investigações, cinco dos julgamentos suscitam falta de imparcialidade objetiva por parte do Tribunal. (INTERNATIONAL TRIAL WATCH, 2019). Enquanto isso, a Região Autônoma da Catalunha, partido representante da Catalunha no Congresso espanhol, lançou a campanha "Faça uma jogada: a autodeterminação é um direito, não um crime", a fim de trazer à luz a repressão enfrentada pelos ativistas catalães, tentando obter apoio de países estrangeiros e organizações internacionais a esse respeito (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2010a).

Embora a situação das mulheres não seja tão alarmante em relação a de outros povos membros da UNPO, a Catalunha carece de representação feminina na política, na qual apenas 27,33% do Parlamento é composto por mulheres, além de não ter havido, em toda a história da Região Autônoma, uma gestão, nem de prefeituras tampouco de governo central da província, comandada por mulheres. (CATALUNHA, 2019). Assim, fica clara a carência de um protagonismo feminino na luta pela causa da Catalunha, o que faz, conseqüentemente, o movimento de independência perder força popular.

## 4 CURDISTÃO IRANIANO

O Curdistão iraniano, também conhecido como Curdistão Oriental, é o nome não oficial dado a uma região a oeste do Irã habitada por curdos. Estende-se do Monte Ararat, no norte, até as Montanhas Zagros, no sul. A região compartilha fronteiras com o Iraque, a Turquia e a Armênia, que abrigam populações indígenas curdas, formando um território geográfico-cultural distinto chamado Curdistão. Embora o Curdistão seja rico em recursos naturais, há pelo menos 30 anos a exploração econômica de outras nações aliena os curdos do acesso a esses recursos, o que faz grande parte de sua economia ser dependente da agricultura (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2010b).

O Curdistão Iraniano tem uma população mista de xiitas e sunitas, além de seguidores da religião curda pré-islâmica de Yarsan. A religião não forma a base da identidade nacional curda, apesar da política persistente do Estado iraniano em dividir sunitas e xiitas no Curdistão. A história, a língua e a cultura curdas, bem como a opressão sistemática do povo curdo, independentemente de qual religião aderem, formam a base da identidade nacional, assim como a conscientização nacional de um destino compartilhado (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2010b).

A situação dos direitos humanos na República Islâmica do Irã tem sido repetidamente condenada pela comunidade internacional, organizações não-governamentais (ONGs) e ativistas. De acordo com o relatório da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2015 sobre a situação dos direitos humanos na República Islâmica do Irã, os padrões do país em termos de direito à vida, liberdade de expressão, liberdade de associação, liberdade religiosa, direitos das mulheres e direitos das minorias são muito baixos (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2010b; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Isso é verdade para todos os cidadãos do Irã, mas a população curda é desproporcionalmente afetada em comparação aos persas étnicos. Os curdos estão sujeitos a repressão, discriminação, acesso desigual à educação, execução, detenção, tortura, assassinatos arbitrários e grandes violações da liberdade de associação e reunião. Apesar disso, é relatado que desde o início do mandato do presidente Hassan Rouhani (2013–), a repressão, execuções e prisões arbitrárias no país e na região curda em particular caíram (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2010b).

Embora o povo e as organizações curdas tenham participado da Revolução de 1979, o aiatolá Khomeini declarou a *Jihad*<sup>1</sup> contra o povo curdo devido às suas demandas por democracia para o Irã e autonomia para o Curdistão Iraniano. Como resultado, houve uma guerra militar, econômica e psicológica sustentada contra a população civil no Curdistão, que levou, de acordo com a Sociedade de Paz e Desenvolvimento do Curdistão, a uma “campanha genocida sistemática”. Este fenômeno já matou dezenas de milhares de pessoas inocentes, desde a declaração da *Jihad* contra o povo curdo do Irã pelo governo de Rouhani. Dito isso, os curdos iranianos lutam há muito tempo por uma melhor representação governamental e pela proteção de seus direitos humanos básicos por meio da criação de um estado federal (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2010k).

Com efeito, mulheres carecem de direitos e crianças, de oportunidades, num ambiente assolado por conflito e opressão – notadamente por parte do Irã –, o que constitui peça chave para a manutenção do cenário atual de desigualdade de gênero e carente de perspectivas – ao não efetivar aos infantes, futuros protagonistas políticos, condições adequadas ao seu desenvolvimento (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2010l).

---

<sup>1</sup> “Guerra Santa”, conceito essencial da [religião islâmica](#) e significa "empenho", "esforço" ou "luta" - o significado exato dependerá do contexto. (OXFORD ISLAMIC STUDIES, 2020).

## 5 FEDERAÇÃO RUSSA

Delegação convidada, a Rússia é o país de maior extensão territorial do mundo, com 17.075.400 km<sup>2</sup>, e tem uma população que totaliza 140,8 milhões de habitantes, cerca de 8,2 habitantes por km<sup>2</sup>, com a maior parte deles vivendo na parte europeia do país. Por ser um país continental, ele abriga 21 repúblicas, sendo a mais importante a república da Rússia, e variadas etnias. Além disso, é um país de grande relevância internacional e na história mundial, sendo decisivo para vitória da segunda guerra mundial e o primeiro estado socialista do mundo.

É importante frisar que, desde assumir pela primeira vez o poder na Rússia, em 2000, Vladimir Putin promoveu uma série de reformas internas para revitalizar a economia e adotou estratégias ousadas para recolocar o país como protagonista no cenário internacional, voltando a posicioná-lo como uma superpotência. Dentre as medidas para restaurar a economia do país e restaurar sua força estão, primeiramente, retomar ao controle do estado as empresas que haviam sido privatizadas na gestão anterior e, a partir disso, privilegiar a exportação de recursos naturais. Internamente, ele adotou uma postura autocrática centralizando o poder em sua liderança, minando alguns pilares da recente democracia russa (PROENEM, 2019).

Fora isso, o governo russo vem tentando aumentar sua influência nos demais países por meio da disseminação de boatos e propagandas as quais já preocupam as autoridades internacionais, afinal existem fortes indícios que o governo russo influenciou decisivamente as eleições americanas. Ademais, o apoio a partidos europeus radicais, a guerra informativa e a proliferação de ciberataques compõem uma estratégia que inquieta cada vez mais a União Europeia. Outro fenômeno visível e difícil de evitar é o financiamento russo e outros tipos de apoio destinados a partidos políticos europeus já havendo possivelmente, segundo o centro de investigação húngaro *Political Capital*, 15 países europeus com partidos fortemente pró-Rússia (EL PAÍS, 2016).

Internamente, por sua vez, a Rússia configura o país com maior variedade étnica que se relaciona entre si, principalmente por causa das conquistas territoriais ao longo dos últimos cinco séculos, sendo um total de 82% da etnia russa (144 milhões de pessoas) e 18% compostos por cerca de cem grupo étnicos distintos. Contudo, a política nacionalista, promovida por Vladimir Putin, vem aproximando cada vez mais o Kremlin e a Igreja Ortodoxa Russa, assentando cada vez mais

suas bases em um avanço da religiosidade popular numa clara guinada conservadora no país (OPERA MUNDI, 2013).

A Rússia, além disso, vem promovendo ações para dar, segundo sua justificativa, mais apoio à população de etnia Russa em regiões que estariam vulneráveis a decisões políticas adversas ao defendido pelo governo russo, por exemplo, o caso da Crimeia. Assim, todos os países participantes da extinta URSS estariam nesse espectro de possível atuação, que por vezes é prejudicial para grupos minoritários (BRITISH BROADCASTING CORPORATION, 2014).

Ao se posicionar em relação a situação Uigur, a Rússia, juntamente com outros 36 países, escreveu a ONU apoiando as políticas da China na Região de Xinjiang. Isso marca, assim, um forte contraste com as críticas do ocidente as ações promovidas pelo governo chinês. Esses países afirmam que por meio da atuação chinesa, os direitos humanos fundamentais dos grupos étnicos locais foram salvaguardados e as pessoas estão desfrutando de uma sensação de felicidade, realização e proteção (O GLOBO, 2019).

## 6 HMONG

Os Hmong são um grupo indígena originário das regiões montanhosas do sul da China, da Tailândia, do norte do Vietnã, e, principalmente, do Laos, quando os chineses restringiram a sua liberdade por volta dos anos 1600 (MINNESOTA PUBLIC RADIO, 2015). Esse povo constitui o terceiro maior grupo étnico da República Democrática Popular do Laos (LPDR) e luta para conseguir realizar um diálogo eficiente com governo do Laos, tendo em vista que esse grupo étnico sofre constante perseguições (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2017a).

O início das perseguições se deu no século XIX, após a Segunda Guerra Mundial, com a repressão chinesa e com o crescimento da política comunista no Vietnã marcando o início das violações dos direitos humanos na região. O povo Hmong, que vivia no sul da China, lutava para conservar a sua identidade étnica quando foi convencido pelo governo chinês de que com a rendição do último rei, Sonom, iria ser estabelecido a paz na região. Entretanto, em 1700, o rei Sonom foi torturado e morto junto aos seus oficiais (EVERY CULTURE, 2020).

A partir de tal situação se iniciou uma série de revoltas contra os chineses, como a rebelião de Miao e a rebelião de Taiping, tendo em vista que o governo estava tentando suprimir as minorias étnicas e mitigar os seus direitos (MINNESOTA HISTORICAL SOCIETY, 2010). Diante disso, a maior parte desse povo se deslocou para a região do Laos, onde habitaram de forma pacífica até a derrubada do governo do Laos pelos comunistas em 1975, em que cerca de um terço da população Hmong foi morta (EVERY CULTURE, 2020).

A situação de vulnerabilidade desse povo se agravou a partir da Guerra do Vietnã com o recrutamento realizado pelos americanos, em especial, pela Agência Central de Inteligência (CIA), com o intuito de impedir a invasão do norte do Laos e para combater os norte-vietnamitas, na missão chamada de *Secret War*, de forma a preservar um regime não-comunista (EVERY CULTURE, 2020; UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2019a). Logo, com a falta de sucesso dessa operação, os Estados Unidos da América (EUA), apesar de terem acordado a retirada dos Hmong da região, não o fizeram plenamente, retirando por volta de 1.000 Hmong no primeiro ano, admitindo mais 3.466 só em dezembro de 1975 e mais 10.200 em 1976 (EVERY CULTURE, 2020).



Dessa forma, com a instauração de um novo governo no Laos, sendo proclamada a República Democrática do Laos, os Hmong passaram a sofrer perseguições e violência militares, nas quais muitos dos seus direitos básicos como seres humanos foram negados por estarem refém do Partido Revolucionário do Povo do Laos (LPRP), o qual possui um caráter autoritário e opressor (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2019a). Ainda, o governo do Laos se encarregou de enviar parte desse povo para campos de reeducação, o que incentivou muitos deles a buscarem por refúgio nas selvas e nos países vizinhos (EVERY CULTURE, 2020).

Contudo, ao procurarem abrigo em outros países, os Hmong se deparam com a aliança existente entre o Vietnã, a Tailândia e o governo do Laos para enviar os refugiados de volta ao LPDR (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2017a). Já com relação à comunidade que se abrigou na selva, a eles não é dado o reconhecimento enquanto população indígena pelo governo do Laos, não existindo legislação que os resguardecem (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2017a). Por outro lado, alguns dos Hmong que conseguiram se estabelecer em outros país, a exemplo dos EUA, abrigaram-se em aldeias e vivem com a economia baseada em gado, porcos e cultivos (EVERY CULTURE, 2020).

Dessa forma, as situações de violações de direitos humanos sofridos pelo povo Hmong, como prisões arbitrárias, desaparecimento forçado e muitas outras, assemelham-se às sofridas por tantos outros povos minoritários, como o povo uigur de Xinjiang, o que fez com que os Hmong buscassem junto a UNPO, desde 2007 com o Congresso do Povo Mundial Hmong, a sua proteção como um povo, bem como a proteção dos seus hábitos e territórios (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2017a).

## 7 LEZGUIANOS

Os lezguianos são um povo descendente dos indígenas do Cáucaso, sendo uma etnia do nordeste caucasiano, as quais historicamente vivem nas áreas adjacentes do Daguestão do Sul, uma divisão federal da Rússia, e Azerbaijão, com cerca de 474.000 pessoas morando na Federação Russa e 650.000 – 800.000 morando no Azerbaijão. Eles apresentam como língua principal o lezghian e são representados no UNPO pela *Federal Lezghin National and Cultural Autonomy* (FLANCA) desde 2012 (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2017)

Por outro lado, a divisão da minoria lezguiana em dois sistemas políticos, culturais e religiosos distintos resultou na deterioração das suas condições de vida. Além disso, a falta de um status legal, principal luta lezguiana, os impede de garantir direitos como uma comunidade histórica distinta e nação no território de sua residência tradicional. Diante disso, esse povo vem tendo seus costumes e tradições assimilados e perdendo cada vez mais seu espaço de fala deixando, por isso, a UNPO profundamente preocupada (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2017).

No Daguestão do Sul, especificamente, os lezguianos encontram-se em desvantagem pois, além de estarem longe do centro do poder do país, suas lideranças são excluídas de ocupar os cargos mais importantes do Daguestão o que, juntamente com a falta de cotas para a ocupação de cargos públicos, afeta a população como um todo. Além disso, os lezguianos enfrentam uma maior discriminação no mercado de trabalho em uma região que já sofre com altos índices de desemprego, corrupção e um sistema complexo de clãs. Para piorar a situação, o líder Ramazan Abdulatipov assumiu o poder em 2013 e começou a impor uma versão histórica centrada nos avares em detrimento das demais minorias do Daguestão, além de ser discípulo e seguidor de Daniyalov, perpetuando sua política de discriminação étnica em relação aos lezguianos (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2017).

Por sua vez, no Azerbaijão, os lezguianos estão associados direta e indiretamente a políticas de associação iniciadas ou apoiadas pelas autoridades, estão vendo seus monumentos históricos e religiosos serem renomeados com nomes Azeris e são, também, raramente mencionados na história do país. Outrossim, o processo de assimilação linguística é muito mais impactante do ocorrido na Rússia, sendo acompanhado por uma mudança na identidade étnica, os lezguianos não são

representados nos governos locais, regionais e nacionais e os dados oficiais sobre a população étnica foram propositadamente reduzidos.

Diante desse cenário crítico, a FLANCA vem atuando, em conjunto com UNPO, para proteger, preservar e desenvolver a nacionalidade e interesses culturais lezguianos. Essa atuação visa clarear para o mundo a política repressiva e discriminadora imposta pelos governos do Daguestão e do Azerbaijão. Ademais, busca a criação de regiões autônomas nos dois países, nessas os direitos dos lezguianos estariam garantidos, o lezghian seria incentivado, usado largamente nos meios de comunicação e seria língua oficial dos líderes políticos, dos funcionários do governo, dos prestadores de serviços, dos representantes de negócios e das organizações sem fins lucrativos que trabalham com a comunidade. Trata-se, portanto, da busca pelo simples respeito aos direitos humanos básicos do lezguianos.

A UNPO, por sua vez, mantém um firme compromisso com a campanha pacífica pelo reconhecimento do povo lezguiano como um grupo étnico com status legal, com sua língua, direitos políticos e a restauração de direitos inalienáveis como uma comunidade histórica e nação distintas no território de sua residência tradicional. Ademais, promove um engajamento das comunidades internacionais obtendo significativos avanços, principalmente, na União Europeia.

## 8 MONGÓLIA

A Mongólia é um país situado no norte da Ásia, entre China e Rússia, fazendo fronteira com a província de Xinjiang, e é uma delegação convidada da UNPO. Possui uma população de cerca de 3 milhões, sendo um dos países menos densamente povoados do mundo. O idioma predominante no país é o mongol e as religiões mais comuns são o budismo - quase um quarto dos mongóis professam tal crença – e o xamanismo, praticado por um terço da população. Atualmente, há mais mongóis – de acordo com o critério étnico – vivendo na Região Autônoma da Mongólia Interior do que na Mongólia (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2020a).

O atual território da Mongólia era ocupado por distintas tribos nômades. O líder de uma delas, Genghis Khan, se impôs como um guerreiro, de modo a uni-las em torno de um objetivo comum. Desse modo, consolidou-se um exército poderoso que conquistou e manteve uma considerável extensão territorial que incluía a China, formando o Império Mongol, que se tornou o maior império terrestre da história do mundo. Após a morte do neto de Genghis Khan, o Império passa a ser atacado constantemente pelos chineses até serem absorvidos por estes. Dessa forma, a independência em relação à China só aconteceria em 1921, quando se estabeleceu a República Popular da Mongólia (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2020).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o país passaria à influência soviética, adotando o socialismo. Entretanto, com o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a Mongólia passa bruscamente da economia planificada e estatal para a economia de mercado, em 1992. Tal mudança resultou em uma reviravolta nas estruturas existentes no país e o comércio da Mongólia com a Rússia diminuiu 80%, fato que teve forte impacto na vida das pessoas (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2020).

Acerca das mulheres, a Mongólia tem tomado medidas para reduzir a disparidade de gênero no país. Tal fato é constatado pelo estudo do Fórum Econômico Mundial, o qual divulgou que o Índice de Desigualdade de Gênero (GII) diminuiu de 0,401 em 2005 para 0,325 em 2014, o que colocou a Mongólia na 63ª posição, entre 155 países (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2020a). Ademais, o país promulgou várias leis para reduzir as desigualdades na sociedade para as mulheres. Enquanto a proporção de mulheres parlamentares era de 14,5% antes das eleições parlamentares de junho de 2016, as estatísticas após tal período mostram que a proporção aumentou 17,1%, consistindo em 13 parlamentares do sexo feminino em 76 deputados. Em relação à

educação, mais de 60% dos estudantes do ensino superior são mulheres, fato que oferece esperança de ascensão a cargos gerenciais na economia, saúde, educação e governo, atualmente ocupados, majoritariamente, por homens (ROSSABI, 2020).

Sobre a violência de gênero, o Fundo de População da ONU (UNFPA) e o Escritório Nacional de Estatística (NSO) da Mongólia divulgaram um relatório em junho de 2018 com os resultados da primeira pesquisa nacional sobre o assunto. A pesquisa, realizada entre mais de 7.500 famílias, revelou taxas extremamente altas de violência contra mulheres em todo o país – a taxa da Mongólia está entre as mais altas da Ásia. O estudo constatou que, entre as mulheres, 58% sofreram pelo menos um tipo de violência ou comportamentos de controle, incluindo abuso físico, sexual, emocional ou econômico pelo parceiro. Além disso, uma em cada quatro mulheres, independentemente de seu *status* social e econômico, concordou que "um marido pode bater na esposa se ela for infiel" (BITTNER, 2018).

A Mongólia tem como principais problemáticas no que concerne à violação dos direitos das crianças, o alto índice de trabalho infantil e o grande número de crianças morando nas ruas. Tais questões decorrem do fato de que no país, 36% da população vive abaixo da linha da pobreza. Sobre o trabalho infantil no país, aproximadamente 18% das crianças da Mongólia são economicamente ativas. Muitos deles abandonam a escola cedo para encontrar trabalho e ajudar a sustentar suas famílias. Seus ambientes de trabalho são frequentemente perigosos para a saúde e colocam suas vidas em risco. Ademais, outra realidade preocupante é o número de crianças que vivem nas ruas, o qual está aumentando constantemente. Na capital do país, Ulan Bator, o número de crianças em tais condições foi estimado em 14,5% de toda a população. O crime organizado do país lucra com essa situação precária, de modo a acabar tornando inúmeras crianças vítimas do tráfico de drogas e da prostituição (HUMANIUM, 2020a).

## 9 MONGÓLIA INTERIOR

Mongólia Meridional, conhecida como "Mongólia Interior" na República Popular da China, abrange geograficamente a "Região Autônoma da Mongólia Interior" e grande parte de outras áreas da China onde o povo mongol vive há séculos. Possui uma população de 24 milhões de habitantes, sendo 4 milhões de mongóis. Ademais, a região tem como idioma mais usado o mongol e as religiões mais comuns são o Xamanismo e o Budismo (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2008).

A partir de sua anexação pela China, em 1949, o sul da Mongólia passou por uma série de expurgos políticos, limpeza étnica, marginalização econômica e destruição ambiental. A China tem implementado políticas hostis que afetam diretamente o modo de vida pastoral da Mongólia, além de causar danos imensuráveis ao meio ambiente. Nos últimos anos, aumentaram as consequências dessas políticas, cujo objetivo é extrair minerais da região (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2008).

Em 1911, o norte e o sul da Mongólia concluíram uma aliança de anos com a dinastia do povo Manchu e declararam independência de forma conjunta. Em 1915, com a assinatura do Tratado de Kyahata entre China e Rússia, o sul da Mongólia foi impedido de declarar sua independência e de se unir ao norte. Apesar disso, em 1937, a Mongólia Meridional declarou a independência da região, mas um esforço do Japão, China e Rússia fez com que essa mudança fosse interrompida imediatamente. Em 1947, a região declarou o estabelecimento de um independente "Governo Autônomo da Mongólia Meridional" (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2018a).

Em 1949, a República Popular da China declarou sua independência e a Mongólia Meridional foi reduzida à "Região Autônoma da Nacionalidade da Mongólia Interior". Tal fato fez com que todas as funções independentes do sul da Mongólia fossem retiradas e interrompidas pela China. Após isso, a região e o povo mongol que vivia nela foram vítimas de expurgos orquestrados pelo Partido Comunista Chinês. Entre todos esses expurgos políticos, um evento em particular recebe ênfase especial, o massacre que ocorreu sob o nome de "Purgando o Partido Revolucionário do Povo da Mongólia Interior", um genocídio contra toda a população do sul da Mongólia durante

a Revolução Cultural chinesa<sup>2</sup>. Estima-se que pelo menos 100.000 mongóis do sul foram mortos e pelo menos 300.000 a 500.000 foram torturados e presos durante esse período (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2018a).

Após essa tragédia, ocorreu o que é definido pelos membros da UNPO como o "genocídio cultural" que visava acabar com toda a população do sul da Mongólia como um povo distinto, através da assimilação e eliminação da cultura, idioma e identidade desse povo. Isso é algo que, de acordo com os membros da UNPO, continua ocorrendo até hoje, através da aplicação das políticas hostis mencionadas acima, implementadas pelo Estado chinês, de maneira semelhante ao que ocorre em Xinjiang (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2018a).

Os principais problemas atuais da Mongólia Interior são os presos políticos detidos pela China por serem considerados "separatistas nacionais", por falarem por sua cultura, identidade ou idioma mongol. Além disso, ocorrem também a erradicação do pastoralismo, a exploração econômica dos maiores depósitos de carvão e gás natural situados na China e devastação ambiental provocada pelas indústrias extrativas do país (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2018a).

A Mongólia Meridional é membro da UNPO desde 2007, sendo representada pelo Centro de Informações sobre Direitos Humanos da Mongólia Meridional (SMHRIC). O principal objetivo do SMHRIC é estabelecer uma estrutura democrática no sul da Mongólia através da coleta e distribuição de fatos e informações sobre as violações em curso dos direitos humanos na região (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2018a).

Em 7 de março de 2014, ocorreu um evento de grande importância no que concerne às mulheres e crianças habitantes na Mongólia Meridional. Trata-se de uma conferência de imprensa divulgando a fundação do Centro de Consulta Psicológica e Proteção dos Direitos da Mulher da Mongólia Interior, a primeira organização de bem-estar social para a proteção dos direitos da mulher e da criança na região (RONZI, 2014).

---

<sup>2</sup> A Revolução Cultural chinesa foi uma campanha desenvolvida por Mao Tsé-Tung, ex presidente da China, a partir de 1966, com o objetivo de perseguir seus opositores no interior do Partido Comunista e membros da sociedade que não se alinhavam com a sua ideologia. Tal revolução estendeu-se por 10 anos, fato que causou violência no país e resultou na morte de milhões de cidadãos (RAMME, 2020).

## 10 OGADEN

A região de Ogaden é localizada no leste da Etiópia<sup>3</sup>, na fronteira com a Somália. É um Estado federativo que, etnicamente, é composto preponderantemente por somalis – sendo chamado, portanto, de Estado Regional Somaliano. Deve-se mencionar que a Etiópia é um país de ampla diversidade étnica, linguística, religiosa e regional. Dessa forma, a Constituição etíope de 1995 consagra o regionalismo étnico, que divide o território com base na etnia em nove Estados semiautônomos, aos quais assegura a prerrogativa de se desligarem da Federação (MAMDANI, 2019).

O domínio sobre a região foi disputado pela Etiópia com a Itália e, posteriormente, o Reino Unido, desde o século XIX, até que a área foi formalmente integrada à primeira – o que ocorreu sem consulta à população que ali habitava. Em 1977, o exército da Somália invadiu o local e tentou tomar controle sobre a região, o que resultou na Guerra de Ogaden, que encerrou em 1978 com a vitória da Etiópia. Após o fim do conflito, as forças etíopes atacaram a região, levando 1.5 milhão de refugiados a escapar para a Somália (MCKENNA *et al.*, 2018; UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2018).

Desde então, a Frente de Libertação Nacional de Ogaden (FLNO), a qual representa o Estado na UNPO, luta pela concretização da autonomia e da representatividade da região, asseguradas constitucionalmente. Foi banida da política e, eventualmente, considerada como grupo terrorista pelo governo. Fraudes eleitorais e severas violações de direitos humanos por parte deste, além de tentativas falhas de um acordo entre ambos apenas acirraram o conflito, até que as reformas políticas implementadas em 2018 instituíram um cessar-fogo. No mesmo ano, foi celebrado um acordo entre as partes para que os combatentes do FLNO fossem desarmados e integrados às forças de segurança etíopes (MUMBERE, 2019; UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2018).

Todavia, a instabilidade ainda não foi resolvida. Um dos aspectos que gera atrito é a exploração das ricas fontes de petróleo e gás situadas em Ogaden, muitas vezes realizadas por empresas estrangeiras, vindas de países como a China e a África do Sul. Acordos do governo nesse sentido têm incitado uma onda de protestos na região, devido à insatisfação do povo, o qual muitas

---

<sup>3</sup> Para mais informações sobre a Etiópia, ver tópico 16.



vezes é expulso de suas casas ou cidades para que se construa campos de extração no local. Manifestações populares são frequentemente reprimidas através de uso de grave violência por parte das forças de segurança etíopes (ALI, 2018).

Ainda, tais abusos de direitos por parte da polícia e do exército são recorrentes na região e no país como todo, muitas vezes sendo direcionados às minorias étnicas e povos vulneráveis. Dentre esses, as mulheres e crianças são alvos de muitos dos ataques. Detenção, tortura e violência sexual são comuns, especialmente no âmbito das unidades prisionais (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2018). De fato, os estupros na prisão de Ogaden são frequentes; não só isso, como lá habitam várias crianças, sobrevivendo em condições insalubres, que nasceram nas celas ou foram levadas pelas mães quando essas foram detidas (HUMAN RIGHTS WATCH, 2018).

## 11 Ogonis

Os ogonis são um povo que habita o sudeste da Nigéria. Anteriormente à colonização britânica na região, essa comunidade étnica não estava sujeita ao domínio de qualquer outro Estado ou grupo. Todavia, em 1960, com o fim da presença do Reino Unido no local, os ogonis não recuperaram sua autonomia, sendo, ao invés disso, sujeitos ao controle da recém-formada federação nigeriana. Desde então, os descasos do governo em face a tal minoria étnica têm incitado a ânsia desse povo por sua independência (MOVEMENT FOR THE SURVIVAL OF THE Ogoni PEOPLE, 2020).

Apesar da longa história dos ogonis – estima-se que eles tenham se instalado na região há mais de 2.000 anos –, hodiernamente eles são conhecidos por fatos mais atuais, influenciados pela descoberta de ricas fontes de petróleo em seu território, que totalizam 90% da quantidade do recurso no país. Em 1957, a empresa Shell começou a operar na Ogonilândia, fazendo-o por décadas sem atenção ao dano ambiental que infligia – o que ocorreu perante a omissão deliberada do governo (BOELE; FABIG; WHEELER, 2001).

Em 1990, o Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni (MOSOP) foi fundado, com a finalidade de defender os direitos humanos e ambientais dessa etnia, ocupando um lugar na UNPO e expressando seus valores e denunciando os abusos sofridos por meio da Declaração de Direitos Ogoni, do mesmo ano. Tais pessoas começaram a organizar protestos exigindo a saída da Shell do território e repudiando as atitudes do governo militar para essa situação. O exército nigeriano passou a reprimir violentamente essas manifestações, o que foi escalando a instabilidade na Ogonilândia até que, em 1995, nove líderes do MOSOP foram condenados à morte em um julgamento marcado por graves ilegalidades (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2017).

Atualmente, a despeito da contaminação do solo e das águas da região, as empresas petrolíferas continuam atuando com restrições mínimas e sem oferecer a devida compensação aos ogonis. Isso ocorre aliado à inércia do governo nigeriano, o qual ainda não empreendeu os projetos de limpeza e conservação prometidos, o que frustra aquela comunidade, a qual passa por uma grave pobreza e a falta de infraestrutura adequada, não tomando parte nos lucros ali auferidos (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2017).

Tal descaso se manifesta nas vidas da minoria ogoni. Os níveis de escolarização no sudeste da Nigéria são decrescentes em relação ao resto do país (EBEGBULEM; EKPE; ADEJUMO, 2013). Não só isso, como estudos realizados na Ogonilândia mostram que crianças nascidas próximas a derramamentos de óleo têm duas vezes mais chance de morrer no primeiro mês de vida, o que pode ser visto no aumento de óbitos de recém-nascidos (HEGARTY, 2017). Já as mulheres ogoni têm tido um papel essencial na demanda por direitos para esse povo. Elas realizam protestos, levantam fundos e lutam por justiça, possuindo um papel ativo na conquista de direitos para o meio-ambiente e as pessoas da região (WOODS, 2019).

## 12 PAPUA OCIDENTAL

Papua Ocidental é uma região localizada na parte ocidental da ilha da Nova Guiné e faz fronteira com Papua Nova Guiné, a leste, estando na Oceania. Tal região possui como idioma oficial o Malaio, mas apresenta mais de 240 idiomas tribais falados por seus habitantes. Ademais, tem uma população de 3,5 milhões, dos quais aproximadamente 1,8 milhão são papuanos ocidentais – melanésios compostos por pelo menos 250 tribos diferentes – e 1,7 milhão são indonésios que se estabeleceram na Papua Ocidental nos últimos 50 anos (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2014).

A cultura da região é bastante diversificada diante das pelo menos 250 tribos diferentes dos papuas ocidentais, as quais têm suas próprias línguas e culturas melanésias. Acerca da religião, a população é predominantemente cristã, com uma minoria muçulmana, que tem crescido nos últimos anos devido à imigração de habitantes da Indonésia para região. Além disso, na economia, a região é rica em recursos naturais, como cobre e ouro. Tais recursos são, majoritariamente, explorados pelo governo indonésio, que está no domínio da região (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2014).

Em 1º de maio de 1963, os indonésios assumiram o controle do território da Papua Ocidental. Como resposta a esse domínio, o povo da Papua Ocidental realizou a Proclamação Unilateral da Independência em 1º de julho de 1971. Já em 1973, a Papua Ocidental foi renomeada como “Irian Jaya” pelos indonésios para confundir a opinião pública e a comunidade internacional e apagar a história da Papua Ocidental e seu povo do mundo, de modo a permitir que a Indonésia continuasse a controlar a região (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2014).

Desde que a Indonésia assumiu a Papua Ocidental, os papuas ocidentais sofrem com torturas e mortes realizadas pelas forças militares indonésias. Ademais, Papua Ocidental é uma das áreas mais ricas do mundo em recursos naturais e tornou-se o lar de várias grandes empresas internacionais de mineração e petróleo. Durante os últimos 50 anos, vastas áreas da região foram concedidas a empresas multinacionais, transnacionais e indonésias de mineração, petróleo e exploração ilegal de madeira, sem consulta e compensação aos proprietários de terras da Papua Ocidental ou aprovação pelos povos indígenas que herdaram essas terras de seus ancestrais (AL JAZEERA, 2013). Dessa forma, o Governo de Papua Ocidental e seu povo estão lutando há

décadas, inclusive com a criação de movimentos como o Movimento Papua Livre (OPM), formado em março de 1965, buscando o seu direito à autodeterminação, à independência do país e seu reconhecimento internacional para alterar essa realidade (RADHEYA, 2015).

Assim como em Xinjiang, os direitos humanos do povo são violados frequentemente em Papua Ocidental. Quando se trata das mulheres e crianças, tal violação se agrava. Acerca das crianças, existe um número importante de doenças e mortes não relatadas devido aos produtos tóxicos jogados na água dos rios que abastece a região; tais produtos são despejados por uma mina, chamada mina Grasberg, a maior reserva de cobre e ouro do mundo. O governo indonésio tem impedido que repórteres entrem na Papua Ocidental nos últimos 50 anos, e devido a esse acesso restrito, o resto do mundo não pode pesquisar o que exatamente acontece com essas crianças (RADHEYA, 2015).

Ademais, outra problemática em relação às crianças é o fato de que há vários casos relatados de crianças cristãs papuanas sequestradas e enviadas para escolas islâmicas. Papuas ocidentais não têm acesso a muitos recursos, e muitos deles não possuem dinheiro e não recebem educação. Diante dessa realidade, várias organizações de tráfico de pessoas se aproveitam dessa situação levando crianças da Papua Ocidental. As crianças estão sendo enviadas para escolas islâmicas para que, depois do estudo, possam voltar para a Papua Ocidental e espalhar o Islã entre as tribos da região. Essa é considerada pelos moradores da região outra técnica sutil do governo indonésio para apagar lentamente a cultura e as crenças dos papuas ocidentais (BACHELARD, 2013).

Sobre as mulheres de Papua Ocidental, essas sofrem constantemente com a violência sexual utilizada pela Força Militar da Indonésia para incitar a população indígena a fugir e abandonar suas casas e terras. O espaço é então deixado às autoridades indonésias para explorar plenamente os recursos naturais da ilha de Papua Ocidental, dando concessões a investidores estrangeiros (CSEVÁR; TREMBLAY, 2019).

O Relatório Especial das Nações Unidas para a Violência contra as Mulheres relata que estupro por parte das forças militares indonésias foram cometidos indiscriminadamente contra mulheres na área da mina de Grasberg. O relatório também revela o estupro usado como instrumento de tortura pelas forças do exército indonésio, bem como pelas forças policiais, ao interrogar mulheres sobre o paradeiro de seus maridos que supostamente são afiliados ao OPM. Ainda de acordo com esse relatório, 4 em cada 10 mulheres na Papua Ocidental foram submetidas a violência do Estado indonésio (CSEVÁR; TREMBLAY, 2019).

## 13 POVOS INDÍGENAS DA AMÉRICA LATINA

Nos dias atuais, vivem cerca de 50 milhões de indígenas na América Latina. Esse número representa 10% do total da população da região e vivem, em sua maioria, sob condições de marginalidade e discriminação. Em todo o continente americano estima-se que existam mais de 400 etnias aborígenes – dentre as quais, mais de 100 entre a América Central e a América do Sul. Historiadores supõem que no momento da colonização, a população indígena era de aproximadamente 70 milhões, número que alguns demógrafos e historiadores aumentam para até 100 milhões de pessoas. No entanto, com as guerras, doenças e trabalhos forçados, foram os índios dizimados e, em alguns locais, até extintos (URQUIDI; TEIXEIRA; LANA, 2008).

De uma visão mais ampla, os indígenas na América Latina assumiram sua forma de organização política atual em relação ao Estado e à sociedade ao longo das últimas quatro décadas do século XX, conseguindo em alguns países, até a década de 1990, que suas ações ganhassem um impacto maior (URQUIDI; TEIXEIRA; LANA, 2008).

Da mesma forma, as demandas reproduzam questões históricas que a memória coletiva dos povos indígenas insiste em trazer desde o estatuto colonial, autonomia e posse da terra, por exemplo, o teor atual do debate sintetiza em grande medida a formulação dos princípios discutidos e articulados no plano internacional. De acordo com este processo de desenvolvimento do Direito Internacional, observam-se também na América Latina transformações institucionais e da esfera pública que culminaram, na década de 90, em processos de reformas constitucionais com vistas à democratização e à ampliação da participação social na vida política do país (URQUIDI; TEIXEIRA; LANA, 2008).

Especificamente, em relação às minorias étnicas, a influência da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais, deu embasamento jurídico para à questão, fornecendo artifícios à organização das comunidades indígenas em agrupamentos diversos, capazes de judicializar o Estado, exigindo dele políticas sociais para a superação de seus problemas, maior participação na tomada de decisões e inclusive reconhecimento das identidades indígenas como parte da identidade nacional, como por exemplo: a Colômbia, em 1991, incorporou a diversidade étnica e cultural na sua constituição; em 1992, o México oficialmente assumiu sua composição multicultural; o Paraguai, em 1992, além do reconhecimento dos direitos indígenas, se auto intitulou como país bilíngue; o Peru, em 1993

aprovou, ao lado do castelhano, as línguas indígenas como oficiais; e, em 1994, a Bolívia incorporou na Constituição sua pluriétnicidade. A Argentina foi um pouco mais tímida a respeito, admitindo unicamente a pré-existência de povos indígenas (MARÉS, 2003).

É válido notar que, dentro desse cenário, a temática indígena sofreu mudanças substantivas, entre as quais a consolidação dos movimentos indígenas como atores políticos foi uma das mais notáveis, exigindo mudanças significativas nas políticas públicas das democracias dos países latino-americanos (CEPAL, 2006). Na América Latina, os novos movimentos sociais surgiram com o fim das tensões políticas da fase de governos autoritários e de pactos populistas em torno dos militares das décadas de 60 e 70. A volta à democracia, a formação de uma nova esfera pública de atuação da sociedade civil, além da recuperação dos princípios de cidadania e civilidade, facilitou a repolitização dos problemas cotidianos, entre os quais as questões étnicas e de identidade cultural. Paralelamente, o Estado, pressionado para assumir um caráter público mais amplo e de instituições mais democráticas, facilitou a participação dos setores organizados em instâncias intermediárias do poder (URQUIDI; TEIXEIRA; LANA, 2008).

Cabe destacar que a mobilização indígena é resultado de experiências políticas de organização e enfrentamento de décadas, e de uma série de articulações com outros setores da sociedade. Foi o caso dos movimentos de base junto à igreja no Peru, por exemplo; da aliança social com os sindicatos operários na Bolívia; ou do trabalho conjunto com as organizações não governamentais no Brasil e na Colômbia. Na Guatemala, por sua vez, uma parte dos indígenas maias atuou com movimentos armados de resistência civil e intelectuais de esquerda à ditadura militar. Como resultado, houve uma ampliação das bandeiras indígenas, incorporando demandas políticas de outros atores sociais do país, que favoreceram a consolidação da cidadania étnica. Paralelamente, outros setores da sociedade incorporam, dos indígenas, princípios de identidade e defesa que favorecem a reconstrução da noção abstrata de nação (ANDERSON, 1997).

Observa-se assim uma articulação diversa em torno dos povos indígenas dentro do cenário específico de cada país e das suas situações conjunturais internas. Numa tentativa de estabelecer um padrão regular entre eles, pode-se afirmar que suas ações de modo geral têm sido pela recuperação da terra, via reforma agrária ou pela delimitação e titulação de territórios, como alternativa de sobrevivência econômica, social e cultural, quando não de reinserção social. Entretanto, crescentemente eles têm buscado, também, se reafirmar politicamente no território que ocupam e nacionalmente, demandando níveis de autonomia local ou de partilha de poder nas

instituições formais do Estado. A retórica da valorização cultural também tem favorecido a articulação interna e a melhor identificação dos sujeitos de cidadania étnica (URQUIDI; TEIXEIRA; LANA, 2008).



## 14 REPÚBLICA DA CHINA (TAIWAN)

A ilha de Taiwan, que significa “baía do terraço”, ou, como se autodeterminam, República da China, fica a 120 quilômetros da costa sudeste da China continental, através do Estreito de Taiwan, e tem uma área de 35.980 km<sup>2</sup>. Está cercado pelo Mar da China Oriental ao norte, pelo Mar das Filipinas ao leste e pelo Estreito de Luzon ao sul (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2010m).

Logo após a Revolução Comunista, na China, em 1949, e a consequente retirada do Partido Nacionalista para Taiwan, o país foi regido por trinta e oito anos sob um regime militar liderado por Chiang Kai-shek. Com isso, houve a alegação do então recém-concebido governo – nacionalista – de que, na realidade, Taiwan seria a própria República da China, em oposição à República Popular da China – comunista (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2010n).

A partir de 1987, entretanto, o sistema político de Taiwan começou a liberalizar-se e entrar em um processo de democratização com a formação do Partido Progressista Democrático (DPP), em 1986, como o primeiro partido de oposição genuíno. Entre outras questões, o partido advogou pelo direito de autodeterminação para o povo de Taiwan, ressurgindo assim a questão do *status* político da ilha, anteriormente configurada como tabu (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2010o).

Apesar da forte pressão e das ameaças militares da República Popular da China, o governo de Taiwan realizou sua primeira eleição presidencial direta em 1996, reelegendo Lee Teng-hui. O DPP recebeu 44% dos votos nas eleições legislativas de 1997 e a segunda eleição presidencial direta de 2000 viu a vitória do candidato do DPP, Chen Shui-bian, provocando a primeira transferência do poder executivo para longe do partido militar de Chiang Kai-shek, o Partido Nacionalista de Taiwan (KMT). (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2010p).

Em 2004, o presidente Chen Shui-bian foi reeleito para um segundo, e último, sob os limites constitucionais, mandato presidencial; no entanto, mais tarde no mesmo ano, o DPP não conseguiu obter a maioria nas eleições parlamentares (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2010q).

Taiwan está representada na UNPO pela Fundação para a Democracia de Taiwan (TFD). A delegação é um membro fundador da Organização e a TFD atua como representante de Taiwan desde 2006. A TFD é a primeira fundação de assistência à democracia estabelecida na Ásia e é dedicada ao fortalecimento da democracia e dos direitos humanos em Taiwan e no exterior. Suas principais missões são consolidar ainda mais o sistema democrático da ilha, promover a democracia na Ásia e participar ativamente da rede democrática global (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2010r).

A TFD coloca seus ideais em prática por meio de uma gestão transparente e apartidária. Com base na força dos partidos políticos e da sociedade civil, a TFD permite que Taiwan contribua positivamente para o movimento mundial pela democracia (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2010s). A UNPO acredita que a delegação deve poder participar plenamente das Nações Unidas, bem como de todas as suas agências especializadas. Negar o reconhecimento internacional de Taiwan impede seu povo de seu direito à autodeterminação e, portanto, constitui uma violação da lei internacional (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2010).

Uma solução não violenta e democrática para todas as disputas com a República Popular da China (RPC) deve ser a prioridade de ambos os países; portanto, a UNPO condena a permanência e o aumento da presença militar chinesa no Estreito de Taiwan, bem como a Lei Anti-Secessão (2005), que pretende conceder à China o direito de usar a força contra qualquer tentativa de independência vinda de Taiwan (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2010t).

A Organização, nesse passo, elogia os esforços de democratização do governo de Taiwan e seu trabalho em contribuir para uma democratização florescente da região da Ásia-Pacífico. A UNPO também se congratula com as tentativas do país de abraçar seus povos indígenas e de construir uma sociedade mais inclusiva e aberta (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2010u).

## 15 REPÚBLICA DA ÍNDIA

A República da Índia é um país no sul da Ásia com 29 estados, sendo uma delegação convidada da UNPO, possui grande diversidade de costumes, tradições e idiomas, dos quais o hindi é o mais usado, enquanto o inglês goza do *status* de idioma oficial subsidiário, mas é o idioma mais importante para a comunicação nacional, política e comercial; além disso, existem outras 22 línguas oficialmente reconhecidas. Trata-se de um país laico, mas com diversos conjuntos de tradições religiosas, tendo como religiões predominantes o Hinduísmo, seguido pelo Islamismo e pelo Cristianismo. Ademais, é o segundo país mais populoso do mundo, sendo a maior democracia do mundo (BRITISH BROADCASTING CORPORATION, 2019).

A Índia é um país vasto e está entre as principais nações em desenvolvimento do mundo, com uma economia em rápido crescimento. Apesar de o país ter apresentado um progresso notável em termos de crescimento econômico, continua enfrentando desafios semelhantes aos de outros países do agrupamento para cooperação entre os países de mercado emergente, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) – altas taxas de crescimento sendo acompanhadas por persistente pobreza e desigualdade. Essa desigualdade se reflete nas baixas realizações de desenvolvimento humano dos grupos mais marginalizados do país, incluindo mulheres e crianças (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2019).

Sobre a situação na província de Xinjiang, na China, a Índia faz fronteira com o país e mantém uma boa relação com esse Estado, sobretudo, diante do fato de que são duas grandes economias emergentes e importantes impulsionadoras do crescimento econômico mundial. A grande cooperação entre as duas nações cria influência global que sustenta a estabilidade regional e global em relação à economia. A Índia opta por não se manifestar publicamente acerca dos acontecimentos em Xinjiang. Em julho de 2019, duas coalizões enviaram cartas concorrentes ao Conselho de Direitos Humanos da ONU criticando ou apoiando as políticas chinesas de Xinjiang<sup>4</sup>. Em tais cartas, a comunidade internacional notou a ausência de alguns Estados, dentre eles, a Índia. Os estudiosos das relações internacionais defendem que isso se deve ao peso econômico da China para a Índia (THE DIPLOMAT, 2019).

---

<sup>4</sup> Ver tópico 5.3.4 do guia de estudo.

Acerca das mulheres indianas, a Índia possui costumes seculares que reforçam a disparidade entre gêneros e se perpetuam até os dias de hoje. Nesse sentido, as mulheres são contidas por uma discriminação de décadas que limitam suas oportunidades educacionais e profissionais. Por exemplo, a participação feminina na força de trabalho é de apenas 29%, comparada a 81% pelos homens indianos. A taxa de alfabetização para mulheres indianas é de apenas 66%, contra 82% para homens (DUTTA, 2020).

Ademais, há a perpetuação de crenças equivocadas sobre os custos na criação de uma mulher. Diante disso, meninos recebem melhores cuidados médicos e nutrição desde que nascem, em contraste à situação das meninas, pois o aborto seletivo é comum entre as famílias na Índia, que desejam ter “filhos homens”, o que gera a diferença discrepante nos dados entre a população por gênero. Um estudo de 2011, divulgado pela revista médica britânica “The Lancet”, apontou que pelo menos 12 milhões de meninas tinham sido abortadas nas últimas três décadas no país (LAL, 2016).

Além de toda a discriminação sofrida pelas mulheres na Índia, uma pesquisa com 550 especialistas em questões da mulher realizada pela Fundação Thomson Reuters revelou que a Índia é o país mais perigoso do mundo para mulheres, ameaçadas pelo alto risco de sofrerem violência sexual e de serem forçadas ao trabalho escravo (VEJA, 2018).

Sobre as crianças da Índia, a principal problemática é a ocorrência de casamentos infantis até os dias de hoje em áreas rurais, apesar da Lei de Proibição de Casamento Infantil (PCMA) de 2006, que determina que a idade legal para o casamento é de 18 anos para as mulheres e 21 para os homens. De acordo com a ONG *Save the Children*, mais de 47% das meninas na Índia se casam antes dos 18 anos de idade, o que faz da Índia o lar do maior número de noivas infantis do mundo (SAVE THE CHILDREN, 2017).

Ademais, há o alto índice de doenças que acometem crianças de classes menos favorecidas. Nas áreas rurais, apenas 37% dos nascimentos são assistidos por pessoal de saúde qualificado. A Índia tem mais de 204 milhões de pessoas subnutridas e as crianças indianas continuam sendo as mais afetadas. Além disso, há uma alta incidência de infecções por HIV: 3700 novas infecções entre crianças por ano. Tal realidade ocorre diante da falta de água potável e saneamento adequado (HUMANIUM, 2020b).

## 16 REPÚBLICA DEMOCRÁTICA FEDERAL DA ETIÓPIA

A República Democrática Federal da Etiópia é localizada no nordeste da África, sendo o segundo país mais populoso do continente e uma delegação convidada da UNPO. É um local de ampla diversidade étnica e linguística, com o cristianismo e, em seguida, o islamismo, como as duas religiões mais adotadas por sua população (CRUMMEY; MARCUS; MEHRETU, 2019). Apesar de possuir um dos menores índices de desigualdade de renda no mundo, é também um dos países mais pobres (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2020b). Após anos de protestos contra violações estatais de direitos humanos, em 2018 o governo passou a tomar medidas para atenuar sua postura repressiva; todavia, em 2019 tais mudanças foram limitadas em face ao desequilíbrio político interno (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020).

Em território etíope fica a região de Ogaden<sup>5</sup>, no leste do país, na fronteira com a Somália. É um Estado que, etnicamente, é composto preponderantemente por somalis – sendo chamado, portanto, de Estado Regional Somaliano. O domínio sobre a região foi disputado pela Etiópia com a Itália e, posteriormente, o Reino Unido, desde o século XIX, até que a área foi formalmente integrada à Etiópia – o que ocorreu sem consulta à população que ali habitava. Desde então, a região luta por sua autonomia (MCKENNA *et al.*, 2018; UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2018).

Apesar do crescente envolvimento da Etiópia no cenário internacional, o país não se manifestou diretamente sobre a questão da política da China na região de Xinjiang. Não obstante, é indispensável mencionar a afinidade entre os dois países. No âmbito da atual política chinesa para a África, a Etiópia é uma aliada política e econômica oportuna. A influência regional desse país é notável, podendo ser vista nas suas relações tanto com a Somália quanto com a Somalilândia, bem como a pacificação de seus laços com a Eritreia. Ademais, a China realiza significativos investimentos no desenvolvimento e na infraestrutura etíopes, além de um país ver o outro como relevante mercado para consumo de suas exportações e fonte de energia, visto que empresas de ambos os Estados cooperam na extração de petróleo e gás na bacia de Ogaden (TESFAYE, 2019; EAST AFRICAN BUSINESS WEEK, 2018).

---

<sup>5</sup> Para mais informações sobre Ogaden, ver tópico 10.

Ainda, deve-se mencionar que a Etiópia é um país de ampla diversidade étnica, linguística, religiosa e regional. Com base nisso, a Constituição etíope de 1994 consagra o regionalismo étnico, que divide o território, com base na etnia, em nove Estados semiautônomos, aos quais assegura a prerrogativa de se desligarem da Federação. Não só isso, como os direitos dos indivíduos são vinculados ao seu pertencimento a algum Estado, enquanto às demais minorias, ou sejam, as que não pertencem a uma das nove regiões administrativas, são designados distritos especiais e o direito de autoadministração (MAMDANI, 2019).

Tal divisão serve como critério para muitos dos descasos e violações aos quais mulheres e crianças de tais minorias são sujeitas. As forças de segurança da Etiópia estão por trás de muitos dos abusos cometidos contra tais grupos, constatados por frequentes relatos de estupro e outras violações sexuais contra mulheres e crianças, além do assassinato destas e o ataque a escolas e estudantes (BASSI, 2014). Não obstante, a atual atmosfera política do país é marcada pela realização de reformas de caráter mais garantista, implementadas pelo primeiro-ministro Abiy Ahmed. Isso inclui medidas como o fechamento da prisão de Ogaden, a qual era palco para severas violações de direitos humanos, e a libertação de milhares de prisioneiros políticos (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020).

## 17 REPÚBLICA FEDERAL DA SOMÁLIA

A República Federal da Somália é um país localizado no nordeste da África e uma delegação convidada da UNPO. Após o fim da ditadura instituída pelo general Siad Barre, a qual durou 22 anos, a Somália foi deixada em estado de anarquia. O colapso do governo central em 1991 gerou uma crise política no país, paralela a uma grave crise humanitária, tornando-o um dos lugares mais pobres do mundo. Apesar da formação do Governo Federal da Somália (FGS) em 2012, a corrupção e fragmentação excessivas impedem a resolução da sua instabilidade, a qual é agravada pela atuação de grupos terroristas como o Al-Shabaab (VENUGOPALAN, 2017).

Tal estado de desordem ocasiona uma intensa insegurança territorial no país, com o governo central não possuindo pleno controle sobre a totalidade da área, especialmente sobre as regiões da Puntlândia e da Somalilândia, localizadas ao norte. Embora estejam previstos na Constituição somali como sendo Estados da federação, ambos possuem desígnios próprios. A Puntlândia goza de relativa autossuficiência política e econômica em relação ao governo federal, e declara sua autonomia perante esse – a qual é reconhecida internacionalmente –, embora não possua um projeto de independência (VENUGOPALAN, 2017).

Já a Somalilândia<sup>6</sup> declarou unilateralmente sua independência, embora não seja reconhecida formalmente por outras entidades. Também possui uma estrutura governamental bem definida, com representantes políticos próprios. O território autônomo da Somalilândia mantém há décadas tensas relações com o governo central. Na década de 1980, o Movimento Nacional Somali (MNS) lutou pela independência da região, o que criou uma situação de guerra civil no país. A resposta de Barre foi devastadora, resultando na morte de mais de 200.000 membros do clã local Isaaq. Conhecido como "Holocausto de Hargeisa", o evento foi caracterizado pela ONU em 2001 como uma instância de genocídio (EINASHE; KENNARD, 2018).

A Somália tem como religião oficial o islamismo (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2020c). Todavia, a identificação desse aspecto com os uigures não significa a expressão de solidariedade política. O país foi um dos trinta e sete signatários de uma carta endereçada ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e ao Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos defendendo as ações do governo chinês. A carta justifica a política chinesa

---

<sup>6</sup> Para mais informações sobre a Somalilândia, ver tópico 21.

na província de Xinjiang, alegando que o país enfrenta as ameaças do terrorismo, extremismo e separatismo, e que tais medidas de contraterrorismo e desradicalização restauraram a paz e estabilidade da região (DAHIR, 2019; PUTZ, 2019). Além disso, é importante mencionar os vínculos diplomáticos entre os governos. A China apoia a Somália na busca por estabilidade, além da afirmação da sua autonomia e independência (CHINA, 2019).

Ademais, ambos os países possuem uma parceria econômica crescente. Em agosto de 2018, a Somália passou a fazer parte da iniciativa *Belt & Road*, desenvolvida pelo governo chinês no mundo todo. Desde então, aquele país tem recebido investimentos da China, a construção de mais de 80 projetos de infraestrutura, além do aprofundamento da relação comercial entre ambos (LEI, 2019). Ainda, navios chineses têm explorado a pesca no litoral da Somalilândia, valendo-se do valor comercial de uma área subaproveitada (MOHAMED, 2019).

Dada a falta de estatísticas confiáveis, não se pode afirmar com certeza a constituição demográfica da população somali, sequer a proporção da presença de grupos minoritários (MINORITY RIGHTS, 2018). Desse modo, torna-se inviável ter plena noção dos desafios enfrentados por essas minorias, em especial por mulheres e crianças. Todavia, tal constatação já é, em si, um sintoma dos esforços da sociedade para excluir esses grupos. Outrossim, no ambiente de instabilidade que subsiste há décadas na Somália, essas minorias são especialmente vulneráveis aos efeitos dos conflitos, constituindo as principais vítimas do deslocamento interno forçado, além de possuírem acesso restrito a ajuda humanitária (UN OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS, 2002).

Tais condições criam um ambiente hostil para mulheres e crianças. Mulheres tornam-se vítimas de violência sexual, além do fato que famílias de mulheres divorciadas ou viúvas são mais suscetíveis à insegurança alimentar. Já crianças também sofrem com a mal nutrição, e muitas delas não vão para a escola pois têm que trabalhar para contribuir para a renda da família. É importante comentar que tais problemas atingem a população somali como um todo, mas seus efeitos são sentidos mais duramente pelas minorias (UN OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS, 2002).



## 18 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

O Brasil é o maior país da América do Sul e no Hemisfério Sul, possui um território que abrange uma área de 8.515.770 km<sup>2</sup>. Faz fronteiras com quase todos os países da América do Sul, exceto Chile e Equador. O idioma oficial é o português e as religiões mais comuns são o Catolicismo e o Protestantismo. Atualmente, a sua população ultrapassa o número de 200 milhões de habitantes. (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2018).

Apesar da história brasileira, o atual presidente brasileiro, Jair Messias Bolsonaro, vem costumeiramente reduzindo progressos já conquistados em lei dos povos minoritários. Exemplo disso fora que em seu primeiro dia de governo, Bolsonaro emitiu a Medida Provisória 870, um artifício legislativo que possibilita ao presidente criar normas através do poder das leis, que são imediatamente eficazes. O decreto de Bolsonaro modificou os domínios políticos e a estrutura dos ministérios e órgãos vinculados à presidência, transferindo o poder sobre a demarcação de terras indígenas da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ao Ministério da Agricultura. Cabe ressaltar que, além de despojar a FUNAI de suas políticas pretendidas, a nova estrutura implica que os processos de demarcação futuros e em andamento serão interrompidos, pois o Ministério da Agricultura dificilmente se interessaria em expropriar terras agrícolas para criar reservas indígenas. (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2019).

Ainda é necessário pontuar que através da mesma medida provisória, o presidente em ofício incluiu entre as atribuições do Secretário do Governo o poder de supervisionar e coordenar ONGs e outras organizações internacionais que atuam em território nacional. Com esse poder, em 14 de janeiro de 2019, o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, suspendeu contratos e parcerias com ONGs pelo período de 90 dias para analisar as despesas de seu ministério, solicitando mais informações sobre todos os pagamentos públicos feitos às ONGs em 2018. Segundo várias organizações, a iniciativa não se justifica e, sem respaldo legal e razões concretas para ser implementada, viola a Constituição. Por fim, a iniciativa não apenas tem como perspectiva enfraquecer as parcerias que apoiam os movimentos indígenas no Brasil (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2019).

Privados dos principais aliados de suas causas e tendo o futuro de seus direitos à terra sujeito aos interesses dos grandes proprietários, os Povos Indígenas que habitam nesse país precisam urgentemente do apoio da comunidade internacional. A UNPO denuncia as mudanças

institucionais implementadas pelo novo presidente brasileiro que estão comprometendo as garantias constitucionais que os povos indígenas lutaram por séculos para alcançar. (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2019).

## 19 REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

A República Popular da China (RPC) é uma das civilizações mais antigas e de uma cultura riquíssima, além de ser possuidora de uma vasta extensão geográfica, fazendo fronteira com mais de 10 países, dentre eles a Rússia, Vietnã, Índia e Afeganistão, e de ser composta por cinco regiões autônomas, incluindo Xinjiang Uygur, a Mongólia Interior e o Tibete (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2020d). Ainda, trata-se de um país de maioria étnica han, mas é formado por mais de cinquenta grupos minoritários, dentre eles os Manchu, Uigur e o Mongol, reconhecidos pelo governo, compondo um país multinacional (MINORITY RIGHTS, 2017).

Apesar do reconhecimento desses povos, segundo o censo nacional de 2010, estima-se que mais de 640.000 indivíduos foram incluídos na etnia han sendo que eles, em muitos dos casos, faziam parte de algum grupo minoritário. Ademais, aqueles grupos que foram reconhecidos de forma legal pela Constituição chinesa, assim como pela Lei Regional de Autonomia Étnica, tiveram um respaldo legal acerca da garantia aos direitos e a liberdade de expressão. Contudo, na prática o governo chinês vem falhando na realização dessa proteção por buscar exercer quase que exclusivamente uma soberania estatal. (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2005).

Foi a partir do atentado de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos que essa política chinesa de defesa do estado se incentivou, de forma a utilizar do viés da luta contra o terrorismo como fundamentação para reprimir os povos minoritários (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2005). Uma dessas formas se deu no âmbito da religião, em que a partir da fundação da RPC em 1949, com o estabelecimento de um país ateu, algumas das principais religiões das minorias, como o budismo e o islamismo passaram a serem perseguidas, tendo como consequência a destruição de diversas mesquitas, bem como a proibição de se realizarem diversas práticas religiosas, como o jejuar ou mesmo estudar religião (MINORITY RIGHTS, 2017; ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2020a).

Desde então, as minorias continuam sofrendo com diversos meios de censura e de repressão, com intensos controles de vigilância, desaparecimentos, além de testes de DNA e implementação de GPS nos seus automóveis (MINORITY RIGHTS, 2017). Ainda, os povos minoritários que se encontram nessa região, em especial em Xinjiang, e que vão de encontro aos princípios e costumes defendidos pela China, ou que realizam práticas da sua própria cultura que

seja controversa a da cultura chinesa han, acabam sendo enviados para os chamados centro de reeducação, que segundo o país são lugares que buscam evitar a propagação de atos terroristas, além de possuir o intuito de promover a educação com o ensinamento do mandarim (WEE; MOZUR, 2019).

Ainda, em se tratando das desigualdades sofridas pelos povos minoritários a situação das mulheres desses povos sofrem ainda mais com questões étnicas e religiosas, agravando a sua situação de vulnerabilidade e de marginalização. Tal situação recebeu uma atenção especial da UNPO o que levou a publicação do Alternative Report no Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, que trouxe situações vivenciadas por essas mulheres em que os seus direitos são mitigados em função da etnia ou da religião, a exemplo da proibição de usar lenços ou véus na cabeça e a submissão aos abortos forçados e esterilização com o intuito de realizar um controle populacional (UNREPRESENTED NATIONS E PEOPLES ORGANIZATION, 2014).

Logo, o governo chinês, que se trata de uma delegação convidada, utiliza-se do argumento de que tenta promover o bem-estar econômico, assim como desenvolver a região, aumentando a educação, cultura e introduzindo a escrita (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2020a). Além de alegar a defesa desses grupos, bem como da sua cultura, por intermédio de ações como a divulgação realizada por eles de que faria filmes de propaganda para promover os grupos minoritários, demonstrando assim a multiculturalidade e a multiétnicidade do país (BRITISH BROADCASTING CORPORATION, 2013).

## 20 SIND

Sind forma a província mais a sudeste do Paquistão, localizada na costa norte do Mar Árábico, cercando as regiões férteis do rio Indo por quase 41.440 km<sup>2</sup> e fazendo fronteira com as províncias paquistanesas de Punjab e Baluchistão, ao norte e oeste, e com os estados indianos do Rajastão e Gujarat, a leste e sudeste. Sind tem uma população de mais de 47,88 milhões. (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2010). O Congresso Mundial de Sind (WSC, sigla em inglês) está comprometido em chamar a atenção do mundo para o status de perseguição em massa de sindis, etnia perseguida por regimes fundamentalistas na região da Indochina, especialmente no Paquistão, e para a luta do povo sindi por direitos humanos, incluindo o direito à autodeterminação (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2010v).

A WSC adere aos princípios de não-violência, democracia, separação de estado e religião e desarmamento nuclear. Sediado no Reino Unido, EUA, Canadá e no Sínd, o membro da UNPO reúne sindis de todas as origens religiosas e geográficas, sustentado por um movimento proativo e progressivo na luta pelos direitos humanos e na oposição às atrocidades ambientais ao longo do rio Indo<sup>7</sup>. A WSC acredita que a estabilidade e a sustentabilidade da sociedade só podem ser estabelecidas em Sind com a ajuda de uma sociedade civil capacitada e resiliente, baseada na igualdade das mulheres e que permita a livre expressão da cultura e do idioma sindi (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2010w).

O povo de Sind sofre uma miríade de violações generalizadas e graves dos direitos humanos – incluindo, entre outros, assassinatos extrajudiciais e supressão de religião – perpetrados pelas forças de segurança paquistanesas. Ao investir na supressão dos povos étnicos sindhi que residem na região sindiana do Paquistão, as autoridades frequentemente utilizam a prática de desaparecimentos forçados. Os relatórios confirmaram que, chocantemente, mais de 14.000 pessoas continuam desaparecidas no Paquistão (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2010x).

---

<sup>7</sup> Mais longo e mais importante rio do Paquistão e um dos mais destacados rios do subcontinente indiano. O topônimo "Índia" é proveniente de seu nome. (BRITANNICA, 2020b).

Além de não tratar dos desaparecimentos forçados em sua política nacional, o Paquistão também não cumpriu seu compromisso com a Convenção das Nações Unidas contra a Tortura, assinada em 10 de dezembro de 1984. A supressão da religião é frequente em Sind. Por meio da intensificação da violência do Estado tem sido especialmente alarmante, ao lançar mão à militância islâmica contra seitas não muçulmanas e muçulmanas não sunitas. Houve até 20.000 novas madraças<sup>8</sup> abertas em Sind durante os últimos anos, que ensinam intolerância e o suposto fanatismo de crenças não muçulmanas (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2010y).

Outro destinatário específico de violações de direitos humanos são meninas e mulheres, que sofrem com conversões forçadas. Segundo um relatório da Comissão de Direitos Humanos do Paquistão, 20 ou mais meninas hindus são sequestradas e convertidas todos os meses no país. Os dois métodos mais comuns usados para essa conversão forçada são trabalho forçado ou casamento forçado (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2010z).

Ademais, a região de Sind também vive um conflito ambiental com mudanças provocadas pela ação humana nos padrões climáticos. O aumento do nível do mar e as possíveis inundações de novos lagos glaciais tornam provável um desastre ambiental. A região de Sind enfrenta uma pobreza sem precedentes, uma realidade trágica, pois a província responde por 70% da produtividade do país. Além disso, Sind enfrenta as externalidades negativas de laços econômicos mais estreitos entre o Paquistão e a China, principalmente no Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC). Por meio do CPEC, dez projetos de energia de carvão altamente poluentes serão construídos, e forças de segurança agressivas da China e do Paquistão continuam a isolar o povo sind de qualquer participação (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2010).

---

<sup>8</sup> Escolas religiosas de cunho islâmico.

## 21 SOMALILÂNDIA

A Somalilândia – ou República da Somalilândia – é uma região autônoma, localizada no norte da Somália, que declarou unilateralmente sua independência em 1991, embora essa não seja reconhecida formalmente por outros Estados e órgãos internacionais – sequer pelo governo da Somália, o qual ainda considera a Somalilândia um Estado federal. Essa região goza de relativa estabilidade, possuindo uma estrutura governamental organizada e com representantes próprios e democraticamente eleitos, os quais também a representam na UNPO (FELTER, 2018).

O território autônomo da Somalilândia mantém há décadas tensas relações com o governo central. Na década de 1980, durante a ditadura de Siad Barre, o Movimento Nacional Somali (MNS) lutou pela independência da região, o que criou uma situação de guerra civil no país. A resposta do ditador foi devastadora, resultando na morte de mais de 200.000 membros do clã local Isaaq entre 1987 e 1989. Conhecido como "Holocausto de Hargeisa"<sup>9</sup>, o evento foi caracterizado pela ONU em 2001 como uma instância de genocídio. Os combatentes da Somalilândia conseguiram expulsar as forças de Barre e declararam sua independência (EINASHE; KENNARD, 2018; O'BRIEN, 2019).

A comunidade internacional ainda não reconhece a Somalilândia enquanto Estado. Isso porque foram empreendidos extensivos esforços a fim de se formar um governo central estável na Somália, e a consagração da soberania da Somalilândia seria vista como um desafio ao governo de Mogadíscio, deslegitimando-o. Ainda, teme-se que tal reconhecimento serviria de estímulo para demais movimentos separatistas na África. Não obstante, há países que mantêm consulados em Hargeisa, bem como aqueles que aceitam o passaporte da Somalilândia como meio de identificação legítimo (FELTER, 2018; O'BRIEN, 2019).

A região sofre com uma economia fraca, participação no comércio internacional limitada e a impossibilidade de receber empréstimos do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) dada sua falta de reconhecimento enquanto Estado. Apesar de ainda conseguir, por si só, atrair investimentos estrangeiros, a Somalilândia seria – se reconhecida sua soberania – o quarto país mais pobre do mundo (FELTER, 2018; KEATING, 2018). É por tais motivos, entre outros, que os investimentos chineses na região são de tamanha importância. A China é capaz de negociar

---

<sup>9</sup> Hargeisa é o nome da capital da Somalilândia (O'BRIEN, 2019).

com ambas a Somália e a Somalilândia, sem antagonizar quaisquer das partes. O país asiático mantém interesses diversos na região, os quais são geralmente estimulados pela Somalilândia. Esses incluem a busca por petróleo, a extração de minerais raros e a pesca na zona marítima da Somália – esta última negociada pelo governo central, e mal recepcionada pelos habitantes do território autônomo (JOPSON, 2007; MOHAMOUD, 2019; RUBIN, 2019).

É também importante falar da situação das mulheres e crianças na região. Embora as mulheres da Somalilândia sejam asseguradas mais direitos do que em outros locais do país e do leste da África, estima-se que 98% das daquelas sejam sujeitas à mutilação genital feminina (FGM), a qual não é considerada um crime neste Estado (GOLDSMITH, 2019; TRAN, 2014). Além disso, o acesso à educação é restrito, de maneira que menos da metade das crianças têm esse direito assegurado (UNITED NATIONS, 2019).



## 22 TÁRTAROS DA CRIMEIA

Os tártaros da Crimeia, antes da anexação Russa em 2014, eram uma república parlamentar governada pela constituição da Crimeia, sob as leis do governo da Ucrânia, com capital administrativa em Simferopol. Assim, eles eram integralmente pertencentes a Ucrânia, mas eram, também, a única região com um status de autonomia, tendo liberdade para resolução de problemas socioeconômicos e culturais de forma independente. Vale salientar que os Mejlis do povo dos Tártaros da Crimeia ou o parlamento eram o braço executivo supremo sustentado pela conexão com os “mejlis” distritais e locais formados em cada assentamento em que esse povo vivia. Os Mejlis são eleitos de 5 em 5 anos o último, contudo, a ser eleito foi Chubarov, em novembro de 2013, o qual foi banido da península em 2014 (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2017).

Os tártaros da Crimeia são descendentes de indígenas da Região e formavam um grupo populacional de aproximadamente 5.000.000, os quais, contudo, como resultado de conflitos e repressão promovidas por Joseph Stalin durante o governo da URSS, foram reduzidos a cerca de 300.000 habitantes, cerca de 12% da população do local atualmente, tornando-se uma minoria na sua própria terra. Ademais, durante muito tempo os tártaros da Crimeia foram discriminados por russos étnicos que viviam na península após, contudo, a invasão russa na região a discriminação étnica se tornou perseguição institucionalizada (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2017).

Vale destacar que, em 26 de fevereiro de 2014, o governo local de Simferopol foi tomado por forças armadas russas dando início, assim, a invasão na região. Outrossim, em um curto período foi aprovado um novo governo pro-Rússia referendado popularmente, pois os russos são, afinal, a maioria étnica na região e se veem mais identificados com a Rússia, sentimento que por vezes se manifestou em discriminação aos tártaros da Crimeia. Mesmo com sanções econômicas internacionais impostas por sua ocupação “ilegal”, Moscou ratificou um tratado declarando sua anexação como “legal”, deixando os tártaros da Crimeia em uma situação bastante delicada: aceitar o controle russo na região com uma visão restrita e diminuta para seu povo, a qual inclusive declarou as tradições de assembleias dos tártaros como extremistas, deixando-os sem nenhum meio legal de representação política, ou fugir da região que esses recentemente voltaram a repovoar (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2017).

Como fator agravante para situação, Moscou vem sendo acusada de uso de força desproporcional na região, com pesquisas e verificações realizadas regularmente por forças armadas e membros mascaradas considerados agentes da Rússia. Esses estão relacionados com a destruição sistemática da identidade política, religiosa e cultural dos tártaros da Crimeia. Além disso, esse povo sofre com escassez de acesso as escolas e acesso limitado a educação sendo os cursos ministrados exclusivamente em russo, apesar da língua oficial da região ser o Crimeio-tártaro (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2017).

## 23 TIBETE

O Tibete é uma região localizada no centro da Ásia, dividido nas províncias de Amdo, Kham e U-Tsang. A união desta com o oeste de Kham compõe o que a China denomina de Região Autônoma do Tibete (TAR), tendo sido criada pela China, em 1965, por motivações políticas (STUDENTS FOR A FREE TIBET, 2020). Ainda, a região faz fronteira com a China, Índia, Nepal, Butão, Birmânia e Turquestão Oriental, sendo possuidor de ricos recursos naturais que, no entanto, são explorados pela China devido às oportunidades econômicas existentes no Tibete, mantendo a sua economia como subdesenvolvida, devido às explorações generalizadas, assim como à apropriação de terras (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2018d).

Além disso, em se tratando do controle exercido pela China na região do Tibete, esse se deu a partir dos anos de 1949 e 1950, quando a região foi invadida pelos chineses, o que fez com que o povo dessa região fosse severamente reprimido e marginalizado em seu próprio país (INTERNATIONAL TIBET NETWORK, 2018). Ademais, no que concerne a Administração Central Tibetana, também chamada de Governo Tibetano no Exílio, a autoridade espiritual budista é o Dalai Lama<sup>10</sup>. Contudo, devido às pressões da República Popular da China, a qual controla o Tibete, é constante a supressão dos direitos religiosos, bem como a violação de direitos políticos e liberdade de expressão (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2018d).

Outrossim, apesar da China, no ano de 1980, diminuir o domínio sobre a região do Tibete, devido a acusações internacionais de repressão (BRITISH BROADCASTING CORPORATION, 2019), as repressões religiosas e discriminações raciais realizadas contra os tibetanos - assim como contra outras minorias são constantes - e ultrapassam o território chinês. (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2019b; HUMAN RIGHTS WATCH, 2019). Nesse viés, uma das comprovações das violações da liberdade religiosa se demonstra na destruição de centros budistas, a exemplo de um dos maiores centros budistas tibetanos, o Yachen Gar. Outra violação é a decisão da escolha do líder espiritual que deverá ter a aprovação do governo chinês,

---

<sup>10</sup> A autoridade espiritual Dalai Lama encontra-se em asilo político na cidade de Dharamshala, na Índia, desde a rebelião, sem sucesso, que ocorreu no ano 1959 contra o governo chinês.

além de ocorrer no seu território e sem a interferências de outros países, sob a ameaça de prejuízo a acordos com os países que se envolverem na questão (HUMAN RIGHT WATCH, 2019; UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2019c).

Em se tratando da opressão para além das fronteiras chinesas tanto para os tibetanos, quanto para outros povos minoritários, como os uigures, é constante o assédio e intimidação por parte dos chineses que vivem nesses outros países. Não obstante, desde 2014 as autoridades chinesas enviam milhões de povos minoritários para campos de reeducação, assim como utilizam instrumentos tecnológicos para vigiar tanto os tibetanos do país quando os que saíram dele (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2019c). Diante dessa situação, o líder espiritual, Dalai Lama, vem ao longo dos anos fazendo críticas a atuação repressiva do governo chinês e solicitando que a imprensa internacional compareça a região sem ser por meio de visitas organizadas pelas autoridades (FOLHA, 2009).

Com relação aos tibetanos que realizaram a diáspora para o Canadá, de acordo com uma pesquisa da Anistia Internacional do Canadá, os membros dessa minoria estão enfrentando uma repressão pelos chineses que lá estão estabelecidos, reféns de um controle e perseguição. Ademais, as operações de espionagens estão sendo realizadas com o cunho de desacreditar ativistas, de acordo com o abordado no relatório *Harassment and Intimidation of Individuals in Canada Working on China-related* publicado pelo *The Canadian Coalition on Human Rights in Canada Activism* (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2019d).

## 24 TURQUESTÃO ORIENTAL

O Turquestão Oriental, também chamada de Região Autônoma de Uigur de Xinjiang, está situado na Ásia e tem como capital a cidade de Urumqi. Ainda, trata-se do território de diversas minorias étnicas, a exemplo dos cazaque, manchu, quirguiz, e, principalmente, da minoria étnica chamada uigur, estando representados na UNPO pelo *World Uyghur Congress* (WUC) desde a sua fundação em 1991 (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2015).

Inicialmente, na região existia o chamado Reino Seyvid ou Reino Yarkent que, em 1975, foi invadido pelos povos manchus da China, incorporando a região ao seu império. Entretanto, os uigures e outros povos da localidade resistiram à dominação até recuperar a independência local no ano de 1864, criando o Estado de Yetteshahar. Contudo, em 1876, o território sofreu uma nova invasão dos machus, e, posteriormente, em 1884, anexou definitivamente o Turquestão Oriental aos domínios e o renomeou Xinjiang, que significa novo território (WORLD UYGHUR CONGRESS, 2020).

Posteriormente, os chineses tomaram posse do Império Manchu e o Turquestão Oriental passou a ser de seu domínio. Novamente, os uigures buscaram a independência, e até a alcançaram por um curto período na década de 1940, constituindo a República do Turquestão Oriental (RTO), a qual mais uma vez foi dominada pela China por meio do Exército da Libertação Popular (ELP), encerrando o ETR e estabelecendo a Região Autônoma do Uigur de Xinjiang (WORLD UYGHUR CONGRESS, 2020).

Apesar de possuir na denominação da região a nomenclatura de autônoma, a região de Xinjiang está sendo alvo da política chinesa discriminatória com relação à língua, cultura, identidade e religião dos povos uigures, de forma a disseminar unicamente a cultura chinesa. Nesse sentido, a China iniciou políticas incentivando a migração da população chinesa para o local, de forma a instaurar esforços para a integração da economia regional do país por meio da utilização dos ricos recursos naturais existentes, o que beneficiou em sua maioria os próprios chineses de etnia han (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2015).

Dessa forma, a população que era majoritariamente uigur passou a ser ocupada pelos chineses, os quais se tornaram detentores de mais de 90% dos cargos políticos, administrativos e econômicos. Ainda, contrariamente à política desenvolvida na China de “um só filho”, no Turquestão se estimula os chineses a terem mais filhos, assim como se oferecia incentivos

financeiros para os casamentos que ocorressem entre eles e outras minorias (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2015).

Tal situação elevou as discriminações e marginalização do povo uigur, que estão sendo constantemente controlados, sendo proibidos, por exemplo, de frequentar mesquitas e de realizar práticas da sua religião, como orar ou jejuar durante o Ramadã e de viajar para meca para o Hajj. Ademais, esse controle realizado pela China incide também na imposição do mandarim e na queima de livros escritos na língua uigur, além da obrigatoriedade de declaração de lealdade ao governo. Não obstante, as repressões realizadas contra as mulheres são ainda mais agravantes, vide casos de submissão a esterilização, aborto forçado, exploração no trabalho e abusos sexuais (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2015).

Outrossim, as repressões realizadas pelos chineses contra o povo uigur após o ataque de 11 de setembro aos Estados Unidos passaram a serem justificadas sob o manto de proteção contra os terroristas, em especial, culpando frequentemente o Movimento Islâmico do Turquestão Oriental (MITO) por tentar estabelecer a independência do Turquestão ao realizar ataques contra a China (COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, 2019).

Já em julho de 2009, alguns uigures foram acusados de abusar sexualmente de colegas de trabalho, sendo elas, em sua maioria, de etnia han, o que ocasionou uma série de conflitos entre essas etnias, levando a morte de dois uigures. Posteriormente, na capital de Xinjiang, deu-se início a diversos protestos, ainda que não comprovada a relação entre os eventos, para solicitar que fosse aberta uma investigação sobre o incidente (THE DIPLOMAT, 2019).

Apesar de tais protestos se iniciarem de forma pacífica, rapidamente eles se tornaram conflitos violentos entre os uigures e os han. Desde então, a China tem ampliado a sua política repressiva contra a minoria uigur realizando várias prisões arbitrárias, condenações à prisão perpétua e à pena de morte, além de submeter constantemente os seus presos a diversas formas de torturas, utilizando-se de práticas de choques elétricos e até mesmo mutilação (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2015).

Além disso, as minorias de Xinjiang são submetidas a campos de reeducação política e ideológica, com a finalidade, segundo o governo chinês, de combater o extremismo, de ensinar habilidades profissionais e o mandarim. Já de acordo com a diretora da *Human Rights Watch* (HRW) da China, tais prisões não passam do receio dos chineses com pessoas que - segundo o

governo - não são politicamente confiáveis (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2017c).

Atualmente, além do povo uigur, estima-se que mais de um milhão de minorias turcas foram presas, não sendo possível precisar ao certo, tendo em vista que o acesso à informação do que ocorre nos campos é limitado (THE DIPLOMAT, 2019). Entretanto, em dezembro de 2019, o jornal *The New York Times* divulgou documentos vazados do programa de reeducação étnica chinesa contra os povos minoritários, o qual apesar de sua existência ter sido negada inicialmente, a China passou a alegar que se tratava de centros de treinamento vocacional (THE DIPLOMAT, 2019).

Por um lado, países como Bielorrússia, Bolívia, Egito, Paquistão, República Democrática do Congo, Rússia e a Sérvia defenderam as medidas realizadas pela China, enquanto o próprio governo chinês enfatizou que se tratava de acusações que buscavam difamar e atrapalhar o desenvolvimento do país. Por outro, Xinjiang e mais de vinte países membros da ONU, dentre eles os Estados Unidos, o Canadá, a Alemanha e o Reino Unido, formularam uma declaração de forma contrária aos abusos cometidos e as violações dos direitos humanos (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2019e).

Por fim, diante da situação vivenciada muitos uigures buscaram fugir do país, postura não muito efetiva, tendo em vista que muitos acabavam sendo deportados, como ocorreu no Cazaquistão, Tailândia e Vietnã, por exemplo, e ao retornarem, são submetidos a mais situações de tortura, mortos ou ficam desaparecidos (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2015). Já aqueles que conseguem sair do país estão reféns, em sua maioria, a formas de rastreamento por meio de operadoras de telecomunicações (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2019f).

## 25 WASHINGTON, D.C.

Washington, D.C. (Distrito de Columbia) está localizado dentro do território do distrito federal estadunidense sob jurisdição exclusiva do Congresso. A sua população atual é de aproximadamente 658.000 indivíduos, que falam inglês e metade dessa população professam a fé cristã, seguindo com 10,6% que professam o islamismo e 4,5% como seguidores do judaísmo. O restante (26,8%) adere a outra religião ou a nenhuma (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2015).

É válido ressaltar que, de acordo com o Departamento de Censo dos Estados Unidos, a distribuição da população era de 50,7% de afro-americanos, 38,5% de caucasianos, 9,1% de hispânicos e 4,4% de outros (incluindo nativos americanos, do Alasca, havaianos e ilhas do Pacífico), 3,5% asiáticos e 1,6% mistos. (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2015).

Cabe destacar que o distrito de Columbia faz fronteira com Maryland ao norte e Virgínia ao sul e oeste. O Congresso mantém a autoridade sobre o distrito e a falta de status do Distrito de Columbia como Estado dá rédea livre ao Congresso para minar as funções do governo do Distrito de Columbia e assumir a supervisão. Portanto, o Distrito de Columbia, com o apoio de Washington, procura alcançar todos os privilégios da democracia e do Estado nos Estados Unidos. A representação do Congresso no Senado e na Câmara dos Deputados, como consequência do Estado, daria ao Distrito de Columbia controle independente dos assuntos governamentais, como nos outros cinquenta Estados (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2015).

É necessário sublinhar que a Delegação do Congresso do Estado que representa o povo na UNPO é eleita democraticamente por sua população e opera independentemente dentro do governo do Distrito de Columbia. Três membros da Delegação atuam na Comissão Estadual de New Columbia, que inclui o prefeito, o chefe do ramo executivo e o presidente do Conselho, o chefe do ramo legislativo do governo do distrito. A Comissão concentra-se nos esforços governamentais locais (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2015).

A delegação do Congresso do Estado de D.C., popularmente eleita, em conjunto com a Comissão de Estado de Nova Columbia, uma entidade do governo do Distrito de Columbia, define o Distrito de Columbia como um território não representado dos Estados Unidos. Os residentes de



D.C. contribuem para o seu distrito pagando impostos, mas não têm representação completa no Congresso. O Distrito busca plenos direitos de cidadania, como representação formal de voto no Congresso e igualdade de direitos políticos através do estabelecimento do 51º Estado estadunidense, que receberia o nome de Nova Columbia (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2015).

O Distrito de Columbia representa mais de 658.000 cidadãos carentes dos Estados Unidos: embora os moradores de Washington tenham escolhido seus senadores e representantes a cada dois anos desde 1990, os chamados senadores das sombras não têm permissão para votar na legislação ou debater no plenário do Senado. Seus papéis legislativos são bastante restritos e consistem apenas na colocação de declarações escritas no registro oficial de procedimentos ou na apresentação de depoimentos a comitês selecionados, como o Comitê de Segurança Interna e Assuntos Governamentais no Senado. A falta de votos em questões orçamentárias significa que a população não recebe recursos adequados para gastar em suas necessidades.

Uma pesquisa realizada em 2015 pelo The Washington Post constatou que 67% dos residentes de DC são a favor do distrito se tornar um estado, incluindo 71% dos eleitores registrados, um aumento de 10 pontos percentuais em relação a 2010. Além disso, quase 3 em cada 4 residentes disseram que ficaram chateados pelo Distrito não ter representação no Congresso e cerca da metade se descreveu como "muito chateada" com a ausência (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2015).

Por fim, é imprescindível notar que, na busca de ter uma maior conscientização acerca de seus direitos políticos mínimos e o desejo de uma representação com direito a voto, o D.C. criou a bandeira e as matrículas da *Taxation Without Representation*. O seu objetivo atual prevê uma divisão entre o centro federal de Washington e as áreas residenciais e não governamentais dos distritos, este último que se tornaria o 51º estado com o nome de Nova Columbia. Essa solução de duas jurisdições requer a aprovação do Congresso (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2015).

O Distrito de Columbia é representado na UNPO pela Delegação do Congresso do Estado de DC, em conjunto com a Comissão de Estado de Nova Columbia. Eles foram admitidos no UNPO em 7 de novembro de 2015 (UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION, 2015).

## REFERÊNCIAS

ALI, Juweria. **Ogaden Basin: A Source Of Peril Or Prosperity For The Somali Region?** Addis Standard, 4 jul. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2G1KSxD>. Acesso em: 16 jan. 2020.

AL JAZEERA. **Goodbye Indonesia.** 31 jan. 2013. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/programmes/peopleandpower/2013/01/201313018313632585.html>. Acesso em: 7 jan. 2020.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo.** México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

BACHELARD, Michael. **They're taking our children.** The Age, 4 mai. 2013. Disponível em: <https://www.theage.com.au/lifestyle/theyre-taking-our-children-20130429-2inhf.html>. Acesso em: 8 jan. 2020.

BASHI, Gopika. **Violence against women and collective guilt in India.** Al Jazeera, 14 dez. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2RdbFNH>. Acesso em: 9 jan. 2020.

BASSI, Marco. Federalism and Ethnic Minorities in Ethiopia: Ideology, Territoriality. Human Rights, Policy. **DADA Rivista di Antropologia postglobale**, p. 45-74, 2014.

BITTNER, Peter. **Mongolia Wrestles With Violence Against Women.** The Diplomat, 31 jul. 2018. Disponível em: <https://thediplomat.com/2018/07/mongolia-wrestles-with-violence-against-women/>. Acesso em: 13 jan. 2020.

BOELE, Richard; FABIG, Heike; WHEELER, David. Shell, Nigeria and the Ogoni. A study in unsustainable development: I. The story of Shell, Nigeria and the Ogoni people–environment, economy, relationships: conflict and prospects for resolution. **Sustainable development**, v. 9, n. 2, p. 74-86, 2001.

BRITISH BROADCASTING CORPORATION. **How China distorts its minorities through propaganda.** 2013. Disponível em: <http://www.bbc.com/culture/story/20131215-how-china-portrays-its-minorities>. Acesso em: 11 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **India country profile.** 18 fev. 2019a. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-south-asia-12557384>. Acesso em: 9 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Tibet profile.** 2019b. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-16689779>. Acesso em: 5 jan. 2020.

BRITANNICA. **China.** 2019a. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/China>. Acesso em: 11 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Rio Indo**. 2019b. Disponível em: <https://escola.britannica.com.br/artigo/rio-Indo/481565>. Acesso em: 16 jan. 2020.

CATALUNHA. **Gender Equality**. 2019. Disponível em: [http://justicia.gencat.cat/ca/departament/igualtat\\_genere/](http://justicia.gencat.cat/ca/departament/igualtat_genere/). Acesso em: 19 jan. 2020.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook: Índia**. 17 dez. 2019. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/in.html>. Acesso em: 9 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **The World Factbook: Mongólia**. 8 jan. 2020a. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/mg.html>. Acesso em: 13 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **The World Factbook: Etiópia**. 2020b. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/et.html>. Acesso em: 16 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **The World Factbook: Somália**. 2020c. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/so.html>. Acesso em: 16 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **The World Factbook: China**. 2020d. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>. Acesso em: 11 de jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **The World Factbook: Brasil**. 2018. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/br.html>. Acesso em: 15 jan. 2020.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA. **Panorama Social de América Latina**. Santiago de Chile: ONU/CEPAL, 2006.

CHINA. **Wang Yi**: China Supports Somalia to Embark on the Path of Recovery Again. Ministry of Foreign Affairs, the People's Republic of China, 23 jun. 2019. Disponível em: [https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/zxxx\\_662805/t1675281.shtml](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1675281.shtml). Acesso em: 16 jan. 2020.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. **China's Repression of uighurs in Xinjiang**. 2019. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/chinas-repression-uighurs-xinjiang>. Acesso em: 7 jan. 2020.

CRUMMEY, Donald E.; MARCUS, Harold G.; MEHRETU, Assefa. **Ethiopia**. Encyclopedia Britannica, 13 dez. 2019. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Ethiopia>. Acesso em: 16 jan. 2020.

CSEVÁR, Szilvia; TREMBLAY, Christine. **Sexualised Violence and Land Grabbing: forgotten conflict and ignored victims in West Papua.** London School of Economics and Political Science, 21 ago. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2sGYiMk>. Acesso em: 8 jan. 2020.

DAHIR, Abdi Latif. **Why these African countries are defending China's mass detention of Muslims.** Quartz Africa, 16 jul. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2FWJCvt>. Acesso em: 16 jan. 2020.

DUTTA, Anirudha. **Growing Equality for Women in India.** Capital Group, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2tt8fxw>. Acesso em: 9 jan. 2020.

EAST AFRICAN BUSINESS WEEK. **Ethiopia Starts Oil Production From Ogaden Basin.** 4 jul. 2018. Disponível em: <https://www.busiweek.com/ethiopia-starts-oil-production-from-ogaden-basin/>. Acesso em: 16 jan. 2020.

EBEGBULEM, Joseph C.; EKPE, Dickson; ADEJUMO, Theophilus Oyime. Oil exploration and poverty in the Niger delta region of Nigeria: A critical analysis. **International Journal of Business and Social Science**, v. 4, n. 3, p. 279-287, 2013.

EINASHE, Ismael; KENNARD, Matt. **In the Valley of Death: Somaliland's Forgotten Genocide.** Pulitzer Center, 22 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/38hdOOg>. Acesso em: 16 jan. 2020.

EVERY CULTURE. **Hmong americans.** 2020. Disponível em: <https://www.everyculture.com/multi/Ha-La/Hmong-Americans.html>. Acesso em: 1 jan. 2020.

FELTER, Claire. **Somaliland: The Horn of Africa's Breakaway State.** 1 fev. 2018. Council on Foreign Relations. Disponível em: <https://www.cfr.org/background/somaliland-horn-africas-breakaway-state>. Acesso em: 16 jan. 2020.

FOLHA. **Dalai-lama pede que verdade sobre repressão no Tibete seja divulgada.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2009/08/604664-dalai-lama-pede-que-verdade-sobre-repressao-no-tibete-seja-divulgada.shtml>. Acesso em: 15 fev. 2020.

GLOBO. **Dalai Lama melhora e deve ter alta nos próximos dias.** Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/04/10/dalai-lama-melhora-e-deve-ter-alta-nos-proximos-dias.ghtml>. Acesso em: 15 fev. 2020.

GOLDSMITH, Belinda. **Village by village, the quest to stop female genital cutting in Somaliland.** Reuters, 29 ago. 2019. Disponível em: <https://reut.rs/2R0aukL>. Acesso em: 16 jan. 2020.

HEGARTY, Stephanie. **Is crude oil killing children in Nigeria?** British Broadcasting Network, 30 nov. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-42168902>. Acesso em: 16 jan. 2020.

HUMAN RIGHTS WATCH. **World Report 2019**. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2tB5kTl>. Acesso em: 5 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Ethiopia**: Events of 2019. 2020. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2020/country-chapters/ethiopia>. Acesso em: 16 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **“We are Like the Dead”**. 4 jul. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2v1EaWh>. Acesso em: 16 jan. 2020.

HUMANIUM. **Children of Mongolia**. 2020a. Disponível em: <https://www.humanium.org/en/mongolia/>. Acesso em: 13 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Realizing Children’s Rights in India**. 2020b. Disponível em: <https://www.humanium.org/en/india/>. Acesso em: 9 jan. 2020.

INTERNATIONAL TIBET NETWORK. **About Tibet**. 2018. Disponível em: <https://tibetnetwork.org/about-tibet/>. Acesso em: 5 jan. 2020.

INTERNATIONAL TRIAL WATCH. **Factual and legal assessment by international and national observers of the judgement condemning catalan authorities and social leaders (scj 459/2019)**. Barcelona: ITW, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2VTK5rx>. Acesso em: 5 jan. 2020.

JOPSON, Barney. **Somalia oil deal for China**. Financial Times, 13 jul. 2007. Disponível em: <https://www.ft.com/content/20a8a430-3167-11dc-891f-0000779fd2ac>. Acesso em: 16 jan. 2020.

KEATING, Joshua. **When is a nation not a nation? Somaliland’s dream of independence**. The Guardian, 20 jul. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2uTB9qF>. Acesso em: 16 jan. 2020.

LAL, Neeta. **Índia: Igualdade de gênero é uma meta distante**. Desacato, 11 jan. 2016. Disponível em: <http://desacato.info/india-igualdade-de-genero-e-uma-meta-distante/>. Acesso em: 9 jan. 2020.

LEI, Wu. **Somalia expects more Chinese investment and exchanges**. China Global Television Network, 24 abr. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2NBolSH>. Acesso em: 16 jan. 2020.

MAMDANI, Mahmood. **The Trouble With Ethiopia’s Ethnic Federalism**. New York Times, 3 jan. 2019. Disponível em: <https://nyti.ms/2u9yHfg>. Acesso em: 16 jan. 2020.

MARÉS, Carlos Frederico de Souza Filho. **O renascer dos povos indígenas para o Direito**. Curitiba: Ed. Juruá, 1998.

MCKENNA, Amy *et al.* **Ogaden**. Encyclopedia Britannica, 2018. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Ogaden>. Acesso em: 16 jan. 2020.

MINNESOTA HISTORICAL SOCIETY. **Hmong Timeline**. 2010. Disponível em: <http://www.mnhs.org/hmong/hmong-timeline>. Acesso em: 1 jan. 2020.

MINNESOTA PUBLIC RADIO. **10 things about Hmong culture, food and language you probably didn't know**. 2015. Disponível em: <https://www.mprnews.org/story/2015/03/01/10-things-hmong>. Acesso em: 1 jan. 2020.

MINORITY RIGHTS. **China**. 2017. Disponível em: <https://minorityrights.org/country/china/>. Acesso em: 11 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Somalia**. Mai. 2018. Disponível em: <https://minorityrights.org/country/somalia/>. Acesso em: 16 jan. 2020.

MOHAMED, Abdiqadar Abdigani. **Chinese aim for Somalia's shores**. Daily Sabah, 19 fev. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2NQ14Xd>. Acesso em: 16 jan. 2020.

MOHAMOUD, Yasin Hagi. **To Protect Africa's Oceans, Stand Up to China**. Defense One, 22 mar. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2NBxh47>. Acesso em: 16 jan. 2020.

MOVEMENT FOR THE SURVIVAL OF THE OGONI PEOPLE. **Ogoni Bill of Rights**. 2020. Disponível em: <http://www.mosop.org/2015/10/10/ogoni-bill-of-rights/>. Acesso em: 16 jan. 2020.

MUMBERE, Daniel. **Ethiopia: ONLF rebels disarm, sign agreement with Somali state**. Africa News, 9 fev. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/30rR5MI>. Acesso em: 16 jan. 2020.

O'BRIEN, Garrett. **Why is the World Ignoring Somaliland?**. 5 nov. 2019. Disponível em: <https://harvardpolitics.com/world/somaliland-international/>. Acesso em: 16 jan. 2020.

PUTZ, Catherine. **Which Countries Are For or Against China's Xinjiang Policies?**. The Diplomat, 15 jul. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3amdFuw>. Acesso em: 16 jan. 2020.

RADHEYA, Rohan. **Eyes Shut: West Papuans in Exile - A Photographic Project**. Scoop, 21 jan. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2tE40yZ>. Acesso em: 7 jan. 2020.

RAMME, Oliver. **1969: Fim formal da Revolução Cultural na China**. Deutsche Welle, 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1969-fim-formal-da-revolu%C3%A7%C3%A3o-cultural-na-china/a-310858>. Acesso em: 12 fev. 2020.

RONZI, Kristin. **Inner Mongolia: Changing China's Views on Women**. The Borgen Project, 6 set. 2014. Disponível em: <https://borgenproject.org/inner-mongolia-changing-chinas-views-women/>. Acesso em: 13 jan. 2020.

ROSSABI, Morris. **Women in Modern Mongolia**. Asia Society, 2020. Disponível em: <https://asiasociety.org/education/women-modern-mongolia>. Acesso em: 13 jan. 2020.

RUBIN, Michael. **The State Department puts China first on rare earth metals.** Washington Examiner, 7 ago. 2019. Disponível em: <https://washex.am/2sDMDOW>. Acesso em: 16 jan. 2020.

TESFAYE, Aaron. **China-Ethiopia Relations and the Horn of Africa.** Italian Institute for International Political Studies, 20 set. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/30uBBR5>. Acesso em: 16 jan. 2020.

TRAN, Mark. **Somaliland clan loyalty hampers women's political prospects.** The Guardian, 27 jan. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/38dVsxx>. Acesso em: 16 jan. 2020.

SAVE THE CHILDREN. **Child Marriage in India: Facts & Figures.** 22 dez. 2017. Disponível em: <https://www.savethechildren.in/resource-centre/articles/child-marriage-in-india-facts-figures>. Acesso em: 9 jan. 2020.

SANTIAGO, Emerson. **Abecásia.** 2012. Disponível em: <https://www.infoescola.com/europa/abecasia/>. Acesso em: 16 jan. 2020.

SANTIAGO, Emerson. **Geórgia.** 2012. Disponível em: <https://www.infoescola.com/europa/georgia/>. Acesso em: 16 fev. 2020.

STUDENTS FOR A FREE TIBET. **About Tibet.** Disponível em: <https://studentsforafreetibet.org/about/about-tibet/>. Acesso em: 5 jan. 2020.

THE DIPLOMAT. **Bearing Witness 10 Years On: The July 2009 Riots in Xinjiang.** Disponível em: <https://thediplomat.com/2019/07/bearing-witness-10-years-on-the-july-2009-riots-in-xinjiang/>. Acesso em: 7 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Smuggling Out the Truth: The Story of the Xinjiang Papers and China Cables.** Disponível em: <https://bit.ly/2NLjPL5>. Acesso em: 7 jan. 2020.

UNITED NATIONS. **With half of Somaliland children not in school, UNICEF and partners launch education access programme.** 13 jul. 2019. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2019/07/1042401>. Acesso em: 16 jan. 2020.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **About Mongolia.** Disponível em: <https://www.mn.undp.org/content/mongolia/en/home/countryinfo.html#Successes>. Acesso em: 13 jan. 2020.

UN OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS. **A study on minorities in Somalia.** 1 ago. 2002. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/somalia/study-minorities-somalia>. Acesso em: 16 jan. 2020.

UNREPRESENTED NATIONS AND PEOPLES ORGANIZATION. **Article.** 18 jan. 2019. Disponível em: <https://unpo.org/article/21334>. Acesso em: 5 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Hmong.** 2017a. Disponível em: <https://unpo.org/members/7891>. Acesso em: 7 jan. 2020.



\_\_\_\_\_. **Timeline:** Hmong. 2019a. Disponível em: <https://unpo.org/article/19682>. Acesso em: 7 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **UNPO Alternative Report for CEDAW Documents Systematic Discrimination Endured by Uyghur and Tibetan Women in China.** Disponível em: <https://unpo.org/article/17645>. Acesso em 15 de fev. 2020

\_\_\_\_\_. **UNPO:** The situation for Minority Groups in China is Far From Satisfactory. Disponível em: <https://unpo.org/article.php?id=3048>. Acesso em: 7 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Uyghurs:** China Operates Political and Ideological Re-Education Camps in Xinjiang. 2017c. Disponível em: <https://unpo.org/article/20322>. Acesso em: 7 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Southern Mongolia.** 25 mar. 2008. Disponível em: <https://unpo.org/members/7883>. Acesso em: 13 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Southern Mongolia:** First Women's Rights Protection Organisation Founded. 2018a. Disponível em: <https://unpo.org/article/16930>. Acesso em: 13 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Member profile: Abkhazia.** 2015. Disponível em: <https://unpo.org/members/7854>. Acesso em: 17 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Member profile:** Ogaden. Out. 2018b. Disponível em: <https://unpo.org/downloads/2489.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Member profile:** Ogoni. Ago. 2017. Disponível em: <http://unpo.org/downloads/2339.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Brittany.** 08 jul. 2015. Disponível em: <https://unpo.org/members/18358>. Acesso em: 14 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **West Papua.** 15 out. 2014. Disponível em: <https://unpo.org/members/7843>. Acesso em: 7 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Tibet.** 2018d. Disponível em: <https://unpo.org/members/7879>. Acesso em: 7 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Tibet:** China Assumes Control over Choosing Dalai Lama's Successor. 2019c. Disponível em: <https://unpo.org/article/21581>. Acesso em: 7 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Tibet:** China's Oppression of Minority Groups Goes Beyond Its Own Borders. 2019d. Disponível em: <https://unpo.org/article/21604>. Acesso em: 7 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Human Rights Situation in Tibet:** Monthly News, August 2019. 2019b. Disponível em: <https://unpo.org/article/21658>. Acesso em: 7 jan. 2020.



\_\_\_\_\_. **East Turkestan.** Disponível em: <https://unpo.org/members/7872>. Acesso em: 7 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **East Turkestan:** Chinese Government Hacks Telecommunication Carriers to Track Uyghurs Travelling Overseas. 2019f. Disponível em: <https://unpo.org/article/21654>. Acesso em: 7 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **East Turkestan:** Unprecedented Joint Call by UN Member States to End Xinjiang Abuses. 2019e. Disponível em: <https://unpo.org/article/21575>. Acesso em: 7 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Washington DC.** 7 jan. 2019. Disponível em: <https://unpo.org/article/21304>. Acesso em: 15 jan. 2020.

URQUIDI, V.; TEIXEIRA, V.; LANA, E. Questão indígena na América Latina: Direito Internacional, novo constitucionalismo e organização dos movimentos indígenas. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 7, n. 12, p. 199-222, 1 jun. 2008.

VEJA. **Índia é o país mais perigoso do mundo para as mulheres.** 17 dez. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/india-e-o-pais-mais-perigoso-do-mundo-para-as-mulheres/>. Acesso em: 9 jan. 2020.

VENUGOPALAN, H. Somalia: A Failed State?. **Observer Research Foundation**, n. 170, i. 170, 2017. Disponível em: <https://www.orfonline.org/research/somalia-a-failed-state>. Acesso em: 16 jan. 2020.

WEE, Sui-Lee; MOZUR, Paul. **China's Genetic Research on Ethnic Minorities Sets Off Science Backlash.** The New York Times. Disponível em: <https://nyti.ms/38pwKKz>. Acesso em: 7 jan. 2020.

WOODS, Julia. **Ogoni Women Seed Hope in Niger Delta.** Global Greengrants Fund, 18 abr. 2019. Disponível em: <https://www.greengrants.org/2019/04/18/ogoniland/>. Acesso em: 16 jan. 2020.

WORLD UYGHUR CONGRESS. **East Turkistan.** 2020. Disponível em: <https://www.uyghurcongress.org/en/east-turkestan-2/>. Acesso em: 7 jan. 2020.